MINO CARTA MASOQUISTA, O BRASIL ACRESCENTA AOS PROBLEMAS ATÁVICOS NOVOS TRANSTORNOS. SINA DE UM PAÍS QUE TEIMA EM SER VÍTIMA DE SI MESMO

INTENTONA DEPOIS DE VALDEMAR COSTA NETO, O SENADOR MARCOS DO VAL FORNECE NOVAS INFORMAÇÕES SOBRE O GOLPE TRAMADO POR BOLSONARO

DE MINERADORAS MULTINACIONAIS A BANCOS E POLÍTICOS, QUEM LUCRA COM OS NEGÓCIOS DO GARIMPO ILEGAL

CartaCapital

8 DE FEVEREIRO DE 2023 • ANO XXVIII • Nº 1245

A folgada reeleição de Lira e Pacheco reforça a dependência do governo em relação ao Centrão. Pág. 6

6 A SEMANA
9 JAQUES WAGNER
19 CÉLIA XAKRIABÁ

Seu País

22 REGULAÇÃO O cerco do governo Lula à indústria da mentira e às *Big Techs*

26 O TURISTA Exposto por Valdemar Costa Neto, Bolsonaro tenta prolongar a permanência nos EUA

30 SAÚDE Os obstáculos ao aborto legal foram retirados, mas juízes ignoram a lei

32 BOATE KISS Passados dez anos da tragédia, as famílias das vítimas ainda lutam por justiça

Economia

34 CONTAS PÚBLICAS Excepcionalidades ocorridas no governo anterior deram algum alívio, mas a fatura virá

38 ANÁLISE Um novo regime de transações comerciais promete equilibrar países deficitários e superavitários

Nosso Mundo

42 EUA Primeiro deputado de origem brasileira, George Santos torna-se um problema para o Partido Republicano

44 CHINA O número de mortos dispara após o fim da política de Covid Zero

46 ISRAEL Netanyahu estimula a escalada da violência contra o povo palestino

10 CIRCUITO DA MORTE
DE BANCOS A MINERADORAS MULTINACIONAIS, QUEM LUCRA COM O GARIMPO QUE AVANÇA SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS

Plural

48 UMA VIDA EM CENA
LIVRO REÚNE VASTO ACERVO DO CENÓGRAFO E DIRETOR TEATRAL GIANNI RATTO, QUE TRILHOU UM RIQUÍSSIMO PERCURSO ARTÍSTICO

51 CINEMA Gato e ratos, desta vez como trupe
52 LIVROS O pesadelo do sonho americano
54 THE OBSERVER As superbactérias que se cuidem 56 AFONSINHO 57 SAÚDE *Por Arthur Chioro* 58 CHARGE *Por Venes Caitano*

Capa: Regina Assis.
Fotos: iStockphoto e Pedro França/Agência Senado

JEFFERSON RUDY/AG. SENADO E OLGA VLAHOU

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond e Mauricio Dias
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Martin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendal Lima do Carmo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Camila Silva, Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
ESTAGIÁRIOS: Beatriz Loss e Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora
EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar, CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demétrios Santos
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaila Alves
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001, www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: **http://Atendimento.CartaCapital.com.br**
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: **avulsas@cartacapital.com.br**

CARTAS CAPITAIS

SOLUÇÃO FINAL

É um genocídio assistido por aqueles que deveriam proteger os povos originários deste país. A idolatria a políticos adoeceu as pessoas que ainda defendem ou procuram ignorar o pesadelo deixado pelo governo Bolsonaro.
Shirlene Vianna

A ditadura iniciou um projeto de extermínio dos indígenas e Bolsonaro reativou esse projeto.
Herbert Garcia

É preciso punir com rigor os chefes dos criminosos que atuam na Região Amazônica, além de promover uma limpa geral dos paus-mandados que destroem a floresta. Não basta expulsá-los das terras indígenas, eles devem ser presos. Os responsáveis políticos são mais do que conhecidos e as provas contra eles, irrefutáveis. Que mais há para investigar?
Ana Lúcia Borghese Rodrigues

LULA E OS GOLPISTAS

Um exército que apoia ataques aos Três Poderes e a extinção dos indígenas não tem que existir.
Márcia Albuquerque

Mino Carta é o melhor jornalista do Brasil. Como faz bem a leitura de artigos bem escritos, em que temos de ler várias vezes para entender o quão profunda é a sua análise política internacional e nacional. Quanto aos fascistas e golpistas da República de Curitiba, não sabemos o que vai acontecer. É uníssona, porém, a torcida dos democratas brasileiros e dos defensores do Estado Democrático de Direito para que sejam julgados e presos.
José Rubens Ortega

Lula fez o que tinha de ser feito, escolheu uma pessoa sensata para despolitização das Forças Armadas. Começou bem.
Carlos Henrique

CRUZADA GLOBAL

Lula que se cuide e redobre a atenção. Steve Bannon é um homem perigoso, mas, com certeza, é financiado por outros ainda mais poderosos.
Gina Imperial

Joe Biden só é aliado enquanto a ameaça trumpista existir, e olhe lá. Existem imperialistas confiáveis? Não sei, não.
Luciana Kingeski

DEMOCRATA INDOMÁVEL

Grato pela reportagem. Fazia tempo que esperava um retrato real das idiossincrasias e falácias das Forças Armadas, em particular do Exército.
Rafael Stelmach

LULA ACERTA NA ECONOMIA?

De fato, Lula está certo. Nos seus dois governos anteriores, pagou a dívida com o FMI, deixou uma fortuna nas reservas externas brasileiras, aumentou a empregabilidade, diminuiu a desigualdade social e tirou 36 milhões de pessoas da miséria. O Lula terceiro, neste início de governo, com todas as crises provocadas por golpistas e agentes do "mercado", apresenta uma reforma tributária que promete taxar os mais ricos e fazer justiça tributária. A reindustrialização está sendo ventilada pelo ministro Haddad e o presidente da Fiesp, Josué Gomes. Parece mesmo que o incansável metalúrgico pretende fazer do Brasil um país de crescimento econômico.
Paulo Sérgio Cordeiro

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

A Semana

Fim da intervenção

Vinte e quatro dias após a intentona bolsonarista, com os ataques terroristas na Praça dos Três Poderes, em Brasília, a intervenção na segurança pública do Distrito Federal terminou na terça-feira 31. Com a saída de Ricardo Capelli, secretário-executivo do Ministério da Justiça e interventor nomeado por Lula, a governadora em exercício Celina Leão, do PP, decidiu nomear o delegado da Polícia Federal Sandro Avelar para a chefia da pasta. Avelar ocupou a mesma secretaria durante o governo do petista Agnelo Queiroz, entre 2011 e 2014, e teve o nome referendado pelo ministro Flávio Dino.

Congresso/ Carta fora do baralho

Após a folgada reeleição de Pacheco e Lira, Lula não tem motivo para temer a oposição bolsonarista

Sem temer a constante exposição ao ridículo, a matilha bolsonarista agarra-se em fantasiosas narrativas para renovar a fé em seu Messias. Sacramentada a derrota do ex-capitão nas urnas, a turma tratou de difundir a cascata de que os "patriotas" deveriam se manter mobilizados por 72 horas para que as Forças Armadas pudessem comprovar a "fraude nas eleições" e intervir. Vencido o período mágico, a militância não se deu por satisfeita com a divulgação do relatório dos militares, que não identificaram qualquer prova ou evidência plausível de manipulação das urnas eletrônicas. Logo, iniciou-se outra vigília de três dias, desta vez para dar tempo para as tropas se organizarem para o golpe. E assim, com desculpas inventadas de 72 em 72 horas, os fiéis se plantaram na porta de quartéis até a fatídica intentona de 8 de janeiro, que resultou na depredação das sedes dos Três Poderes.

Nem a posse de Lula nem a detenção em massa dos extremistas que devastaram Brasília parecem ter sido suficientes para aplacar os devaneios da turma. Nos últimos dias, os "patriotas" animaram-se com a remotíssima possibilidade de o senador bolsonarista Rogério Marinho, ex-ministro do Desenvolvimento Regional, derrotar Rodrigo Pacheco, do PSD, na disputa pela presidência do Senado. Ledo engano. Candidato à reeleição com o apoio de Lula, Pacheco venceu por uma margem menor que a obtida em 2021, mas ainda assim folgada: obteve 49 votos ante 32 do adversário. Nem de longe Marinho representou a ameaça alardeada por aliados do ex-capitão nas redes sociais, e encampada por setores da mídia que se autointitula "profissional".

O problema continua a ser a dependência do Centrão, liderado pela dupla

Na Câmara, o presidente Arthur Lira reelegeu-se com os pés nas costas. Com a adesão de petistas e governistas de variadas colorações, conquistou votação recorde: recebeu 464 de um total de 508 sufrágios. Ao contrário da versão alardeada às vésperas das eleições parlamentares, Lula não tem motivos para se preocupar com a força da oposição de extrema-direita. O problema continua a ser a dependência do Centrão para governar.

8.2.23

Realpolitik/
O custo da governabilidade

Cria do Centrão, o ministro das Comunicações desgasta a imagem do novo governo

Juscelino Filho admite ter usado recursos do orçamento secreto

Acusado de usar emendas do orçamento secreto em benefício próprio e de fraudar as contas eleitorais, o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, arranha a imagem do governo Lula. Deputado do baixo clero e filiado ao União Brasil, ele destinou 7,5 milhões de reais em emendas de relator ao município maranhense de Vitorino Freire para obras de pavimentação, dos quais 5 milhões seriam para a melhoria de 19 quilômetros da estrada que circunda ao menos oito fazendas de sua família.

Não bastasse, durante a campanha de reeleição à Câmara, Juscelino informou à Justiça Eleitoral que fez 23 viagens pela empresa Rotorfly Táxi Aéreo, de agosto a setembro de 2022. Na prestação de contas é dito que três "cabos eleitorais" teriam realizado os percursos, que consumiram 385 mil reais do Fundo Partidário. Residentes em São Paulo, os supostos funcionários dizem desconhecer o político e temem ter sido usados como laranjas. Os dois casos foram revelados pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

Apesar de jamais ter tido influência nos debates nacionais, muito menos no setor de radiodifusão, Juscelino assumiu um dos principais ministérios do governo, com orçamento de 3 bilhões de reais. A nomeação faz parte do acordo de Lula com o Centrão, em nome da governabilidade.

O novo ofício de Regina Duarte

Depois de rasgar a própria biografia semeando o antipetismo no período eleitoral e servindo com denodo ao governo de Jair Bolsonaro, a pecuarista e atriz aposentada Regina Duarte resolveu pontificar sobre a crise humanitária vivenciada pelo povo Yanomâmi, que perdeu ao menos 570 crianças por desnutrição severa ou doenças tratáveis, como a diarreia, durante a gestão do ex-chefe: "A infância desamparada dos Yanomâmis, uma gente criada à base de mandioca, feijão, verduras e peixe", escreveu ela no Instagram. A declaração causou assombro até mesmo em ex-colegas que há tempos se distanciaram da neonutróloga. "Regina, sua atitude é inexplicável! Você é mãe e avó! Respeite a inteligência de quem lê suas postagens e te segue! Respeite o povo Yanomâmi!", reagiu o ator Paulo Betti.

Automobilismo/ APÓSTOLO EM APUROS

VALDEMIRO SANTIAGO TEM VEÍCULOS *OFF-ROAD* PENHORADOS PELA JUSTIÇA

Fundador da Igreja Mundial do Poder de Deus, o apóstolo Valdemiro Santiago teve uma aplicação bancária de renda fixa bloqueada e três automóveis penhorados por determinação da Justiça de São Paulo. A decisão atende à solicitação da empresa Rio Negro Empreendimentos Imobiliários, que alugou um imóvel de 7.816 metros quadrados para a igreja na cidade de Amparo, interior paulista, e cobra uma dívida de 718 mil reais em aluguéis vencidos. O valor inclui correção monetária e juros.

Na defesa apresentada à Justiça, Santiago alegou que não deveria ser alvo da cobrança, "pois não faz parte do estatuto social da Igreja Mundial do Poder de Deus" e tampouco assinou o contrato de locação como fiador. O juiz Armando da Silva Júnior avaliou, porém, haver robustos indícios de que a instituição religiosa "oculta seu patrimônio na pessoa do réu (o apóstolo)" com o objetivo de dificultar as ações de cobrança. Habituado a usar relógios caros e correntes de ouro, o aventureiro apóstolo não terá mais à disposição sua coleção de veículos *off-road*, a incluir um Troller (2009), um Rover (2011) e um Rover Discovery (2017), alvos do mandado de penhora.

O aventureiro esquiva-se da cobrança e diz que não foi fiador

ANTONIO BARBOSA/DEM, REDES SOCIAIS E JEFFERSON RUDY/AG. SENADO

Conversa de doidos

Boris Johnson, ex-*premier* britânico, tem compulsão pelos holofotes. Durante a gravação de um documentário da BBC, Johnson voltou ao noticiário por relatar uma suposta ameaça do presidente russo, Vladimir Putin. "Boris, não quero machucá-lo, mas, com um míssil, levaria apenas um minuto, ou algo assim", descreveu à equipe do canal de tevê. "Mas acho que, pelo tom muito relaxado, o tipo de ar de distanciamento que parecia ter, ele estava apenas jogando com as minhas tentativas de convencê-lo a negociar." O Kremlin negou o diálogo. "Mentira", rebateu Dmitry Peskov, porta-voz. Quem fala a verdade? A credibilidade, nos dois casos, é nula, ou "algo assim".

Diplomacia/

Nada de 7 a 1

No encontro entre Scholz e Lula, prevalecem as convergências

Após visitar Argentina e Chile, o chanceler alemão, Olaf Scholz, completou o *tour* pela América do Sul em Brasília, onde se reuniu com o presidente Lula. Houve mais pontos de concordância do que de divergência entre os dois países. Como havia dito durante a reunião em Buenos Aires da Celac, organização dos países latino-americanos e caribenhos, Lula reafirmou a disposição de concluir o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. Os alemães, por sua vez, em gesto de boa vontade e reconhecimento da mudança de postura do Brasil em relação ao meio ambiente, anunciaram a liberação de 200 milhões de euros (cerca de 1 bilhão de reais) para ações de preservação da Amazônia. A divergência deu-se em torno da guerra na Ucrânia. Embora tenha recentemente condenado a invasão russa, Lula recusou-se a enviar munição para os tanques que o Ocidente pretende doar aos ucranianos. Em vez disso, propôs a Scholz a criação de um grupo de mediação da paz, escolhido entre os integrantes do G-20. Ainda em fevereiro, o brasileiro irá aos Estados Unidos encontrar-se com o democrata Joe Biden. Em março, terá reuniões com o líder chinês, Xi Jinping. Na sequência, deve receber o presidente francês, Emmanuel Macron.

Scholz queria munição para a Ucrânia, Lula ofereceu diálogo

Peru/VITÓRIA DAS RUAS

O CONGRESSO ACEITA DISCUTIR A ANTECIPAÇÃO DAS ELEIÇÕES GERAIS

Boluarte resiste à ideia, mas está cada vez mais isolada

A execução, no sábado 29, de um manifestante em Lima com um tiro na cabeça, quinquagésima oitava vítima das forças de segurança, talvez tenha influenciado a decisão do Parlamento de reavaliar a antecipação das eleições gerais marcadas para 2024. A proposta havia sido recusada na sexta-feira 28, mas voltou a ser analisada no plenário na segunda 30 e obteve, graças ao apoio do presidente da Casa, José Williams, o mínimo necessário de 66 votos para entrar na pauta. A aprovação de um pleito ainda neste ano depende, no entanto, do sim de 87 congressistas. Segundo a mídia local, a proposição mais aceita pelos deputados seria um primeiro turno em outubro, um segundo turno em dezembro ou janeiro e a posse dos novos eleitos em março do próximo ano. A ideia parece agradar à maioria parlamentar, mas não atende às reivindicações dos milhares de manifestantes que bloqueiam estradas e agitam as principais cidades do país desde a prisão do presidente Pedro Castillo, acusado de tentar um autogolpe. Dina Boluarte, a vice empossada no lugar de Castillo, que resiste a novas eleições, ainda não se pronunciou a respeito. A repressão violenta aos protestos continua.

RICARDO STUCKERT/PR E MELINA MEJIA/PRESIDÊNCIA DO PERU

JAQUES WAGNER

De cabeça erguida

▶ Depois de um longo período como pária mundial, o nosso país volta a assumir o lugar que lhe cabe

O contraste entre dois episódios, que serão para sempre lembrados na história do País, marcou este janeiro de 2023. Após presenciarmos, no primeiro domingo do ano, a belíssima cerimônia que empossou o presidente Lula, uma semana depois vimos atos criminosos de invasão e destruição dos prédios do Congresso, do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal. Apesar do enorme prejuízo causado, tanto no plano simbólico quanto no material, felizmente as instituições brasileiras demonstraram resiliência e solidez, ao resistir a mais uma tentativa da extrema-direita de desestabilizá-las e de impor um golpe de Estado.

Diante dos ataques que marcaram aquele 8 de janeiro, Lula teve nova oportunidade de provar que é um verdadeiro estadista, liderando uma reação firme. Ao reunir-se com governadores, ministros do STF e os presidentes do Senado e da Câmara, ele deixou claro que o sentimento de defesa da democracia presidirá a caminhada do Brasil nos próximos anos. O recado ficou claro: ninguém mais ficará à vontade para abraçar o vandalismo e a barbárie. Prova disso é que, de lá para cá, as autoridades trabalham arduamente para identificar, prender e punir todos aqueles que estiveram envolvidos neste capítulo criminoso da nossa história.

Para além deste necessário enfrentamento, podemos afirmar que o saldo dos primeiros 30 dias de governo é extremamente positivo. Diversas ações apontam para isso. A recriação do Ministério da Cultura, com a retomada de investimentos para o setor, a reativação do Fundo Amazônia, com a sinalização de novos aportes financeiros de países europeus para preservar nossa floresta, e o aumento do piso salarial dos professores, são alguns dos exemplos de um governo comprometido em devolver esperança e prosperidade ao povo. Aos que ainda insistem em narrativas para criar instabilidade e gerar desconfiança, vale resgatar algo importante: os dois primeiros governos de Lula foram os melhores de nossa história recente.

Naqueles oito anos, a taxa média de expansão do PIB foi o dobro da média histórica das duas décadas anteriores. Além disso, tivemos uma inflação média dentro dos limites estabelecidos pelo sistema de metas e bastante inferior à do período do governo anterior, superávits fiscais sistemáticos, eliminação da dívida externa e forte redução da dívida interna. Foi uma época marcada pela forte distribuição de renda, confirmada pelos melhores indicadores dos 60 anos de história do IBGE, com destaque para a retirada de quase 40 milhões de pessoas da pobreza e com a saída do Brasil do Mapa da Fome. Por esse motivo, o presidente Lula recebeu o prêmio "Campeão do Mundo na Batalha Contra a Fome", concedido pela ONU, em reconhecimento ao trabalho de seu governo.

Com Lula, lideramos também a agenda ambiental, conquistada pela vanguarda do Brasil na geração de energias renováveis, por termos a maior biodiversidade do planeta e pelo combate efetivo ao desmatamento, especialmente na região Amazônica. Assim consolidamos uma posição de protagonismo internacional, revelado pela presença notória e ativa do Brasil em todos os foros mundiais e mesas de negociações importantes.

Em paralelo a todos esses avanços, testemunhamos um processo constante de fortalecimento da democracia, com integral respeito ao Estado democrático de direito, plena liberdade de imprensa, separação e harmonia entre os poderes, crescente transparência e controle social das instituições republicanas, além da forte participação social na construção das principais políticas públicas. São credenciais inquestionáveis, que fizeram com que Lula, ao fim do seu 2º mandato presidencial, se despedisse do poder com uma aprovação popular recorde, de 87%, uma façanha política para qualquer governante do mundo. Infelizmente, esses grandes avanços foram quase todos revertidos ou destruídos pela gestão anterior.

A nova eleição de Lula, construída a partir de uma grande frente política em prol da democracia, recriou as condições para que voltemos a trilhar o caminho da prosperidade. Agora, temos novamente um governo que atuará a partir de um pacto pelo desenvolvimento e pela vida das pessoas e do planeta, conciliando crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e justiça social. Enfim, a verdade é que após um longo período em que o Brasil se transformou numa espécie de pária mundial, o nosso país volta a assumir o lugar que lhe cabe. O de uma nação respeitada e admirada internacionalmente, liderada por um presidente comprometido em governar para todos os brasileiros e brasileiras. •

sen.jaqueswagner@senado.leg.br

BAPTISTÃO

Brasil masoquista

AOS PROBLEMAS HISTÓRICOS QUE PERMANECEM JUNTAM-SE OUTROS, ENQUANTO SE FORMULAM LEIS PARA PROTEGER OS VILÕES

por MINO CARTA

Triste a sina do Brasil: permanecem problemas antigos que o tornam o mais desigual do mundo, depois da África do Sul, vítima até de uma situação pior do que aquela dos demais países africanos. Vivemos uma pantomima trágica, incapazes de percebê-la, enquanto se formulam leis para proteger os vilões. Só houve um avanço graças à decisão de Lula, ao enquadrar as Forças Armadas. No mais, precipitamos no abismo de uma irredutível medievalidade, pela qual casa-grande e senzala continuam de pé. Juros de 14% obstam qualquer propósito empresarial de voltar a uma produção industrial, de sorte a favorecer o agronegócio, a condenar o Brasil à exportação praticamente exclusiva de *commodities*.

À revelia de papa Francisco, incansável na defesa da paz mundial, enfrentamos, por causa de Vladimir Putin, empenhado em reconstruir o poderio soviético, a perspectiva de uma guerra nuclear a inquietar o mundo todo. A pergunta é: até quando o Ocidente resistirá à ameaça? O que sobra para enfrentar a fúria russa, senão o recurso às mesmas armas por ele empregadas contra a Ucrânia agredida? É este o dilema proposto ao mundo e Lula reage com uma profissão de fé pacifista, como se isto bastasse para evitar o cataclismo anunciado.

Em compensação, a Câmara dos Deputados, com aval petista, reelegeu Arthur Lira na sua presidência, qual estivesse disposta a premiar os serviços por ele prestados por longo tempo a Jair Bolsonaro, genocida da nação indígena dos Yanomâmis, no momento em viagem tu-

A intentona urdida por Bolsonaro dia 8 de janeiro. No momento, o energúmeno demente passa férias em companhia de Mickey Mouse

rística à Flórida. Consta ser ele um fã definitivo de Mickey Mouse. Este Brasil incapaz de resolver seus problemas antigos, digamos mesmo atávicos, e, todavia, disposto a criar outros novos em folha, a ponto de gerar a impressão de formas de masoquismo de proporções federais.

Cabe perguntar aos nossos estarrecidos botões se o Brasil estaria preparado para se haver com uma enxurrada de parlamentares não da oposição, mas quintas-colunas, e a lidar com a terra arrasada deixada pelo ex-capitão com absoluta naturalidade, como se daria se não passasse de um levíssimo acidente de percurso. Respondem os botões, em tom sinistro: mas que pretende você? Este é o Brasil.

Este enredo começa, se quisermos, há 523 anos, mas na versão mais recente galopamos tempo adentro para alcançar o ponto inicial do *impeachment* de Dilma Rousseff, presa no Palácio da Alvorada pelo usurpador de plantão, Michel Temer, corrupto até a medula, conforme é do conhecimento até dos

E LOGO ECLODE NOTÍCIA DO GENOCÍDIO DA NAÇÃO YANOMÂMI. A GLOBO FORNECE AO SEU PÚBLICO UM RELATO DA TRAGÉDIA. FANTÁSTICO!

armazéns e do cais do Porto de Santos. É ali que se estabelece o nó da história mais recente a precipitar problemas de sempre, acrescidos os novos e não menos daninhos.

Já havíamos tomado o caminho errado quando chamamos de redemocratização o período que se seguiu ao fim da ditadura, que a própria, aliás, decidira, conforme os planos do general Golbery do Couto e Silva e a morte de Tancredo Neves, consagrado pela população o salvador da pátria. O governo que, em obediência às condições do momento, influenciadas pela lembrança da ditadura recentíssima, coube a José Sarney, manchado por dois episódios do Cruzado: o primeiro em janeiro de 1986 e o segundo em novembro desse mesmo ano. Em ambos os casos se iludiram o governo e o País.

As desavenças provocadas pelo desas-

trado governo de Fernando Henrique Cardoso, capaz de quebrar o Brasil em três diferentes ocasiões, facilitaram a vitória de Lula em outubro de 2002 e de um período de paz e inegável progresso ao longo de dois mandatos do ex-metalúrgico, e na continuidade do seu governo representada pela eleição de Dilma Rousseff. E foi então que o bolo embatumou, como se disse então, por obra do golpe que conduziu Michel Temer à Presidência.

A Lava Jato, engendrada por Sergio Moro e Deltan Dallagnol, incumbiu-se de prender Lula na proximidade das eleições de 2018 para favorecer a subida ao poder do energúmeno demente Jair Bolsonaro, até hoje presente não somente como turista nos Estados Unidos, mas também nas pessoas de governadores e prefeitos a infestarem o Brasil. Enriquecido o Congresso pela presença de inúmeros quintas-colunas, preparemos nossos corações para as desgraças que ainda virão, e de grande porte. Definham as esperanças em relação a um futuro alvissareiro, enquanto o Brasil teima em ser vítima de si mesmo.

MICHEL DANTAS/AFP E CONDISI-YY/MINISTÉRIO DA SAÚDE

Passamos por uma tentativa de golpe, verdadeira intentona praticada com apoio dos quartéis, no evento estarrecedor de 8 de janeiro passado, em Brasília, e da "fantástica" exibição do genocídio do povo Yanomâmi no espaço menor a um mês, sem entender com os necessários clareza e temor o significado destes pavorosos eventos. Uma operação punitiva está ainda em andamento, a se esmerar em prisões importantes e a seguir a rota singular de um projeto de golpe proposto em várias páginas datilografadas que passou de mãos em mãos impunemente.

Não é o caso, agora, de analisar o desempenho do governo de Lula ao ter em vista a proximidade do pleito, mas aí está toda a imponência da pauta de preocupações a aguardar a atenção do presidente. •

Genocídio banhado a ouro

BEM ESTRUTURADO E FARTAMENTE FINANCIADO, O GARIMPO ILEGAL NA TERRA INDÍGENA YANOMÂMI TEVE ALTA EXPLOSIVA NOS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO

por FABÍOLA MENDONÇA

“Vai demorar muito para a gente reestruturar as nossas comunidades. Os rios, principais fontes de alimentação que o povo Yanomâmi tem, os garimpeiros mataram. O impacto dessa destruição, o mercúrio que foi deixado na água, vai durar pelo menos 30, 40 anos para passar.” O diagnóstico é de Júnior Hekurari, presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomâmi, que se emociona ao falar da tragédia humanitária que se abateu sobre seu povo. Com a voz embargada, ele diz não saber como será a vida dos indígenas a partir de agora, uma vez que o modo de subsistência e a cultura desses povos foram destruídos pelo garimpo ilegal. “As comunidades estão sofrendo e a gente não sabe quando isso vai passar. É difícil falar. Qual vida a gente vai garantir às comunidades? Ninguém sabe. Ainda não tem um levantamento dos danos causados ao nosso povo. São mais de 2 mil mortos e não chegamos a muitas comunidades.”

Hekurari tenta descrever, de forma superficial, a dimensão da destruição que o garimpo vem provocando ao longo do tempo, mas, principalmente, nos últimos quatro anos, quando o governo Bolsonaro foi conivente e, em vários momentos, até incentivou a exploração dos garimpeiros na Terra Indígena Yanomâmi, em Roraima, ávidos pelo ouro e a cassiterita presentes na região, minerais altamente lucrativos. A mineração ilegal em TIs é histórica, mas tem uma trajetória ascendente a partir de 2016, quando Michel Temer assume a Presidência da República. Essa expansão se potencializa muito na gestão Bolsonaro, a partir das relações com lobistas e garimpeiros não apenas do ex-presidente, mas também de seus ministros e assessores mais próximos. Segundo o relatório *Yanomâmi sob Ataque*, o garimpo na TI Yanomâmi cresceu 3.350% de 2016 a 2020.

TV CULTURA E BRUNO KELLY/AMAZÔNIA REAL

O delegado Alexandre Saraiva usa o conceito de “omissão dolosa” para explicar a participação do governo Bolsonaro na crise humanitária

Em 2022, de acordo com um levantamento realizado pela Hutukara Associação Yanomâmi, o garimpo ilegal nessa TI cresceu 54%, acompanhado de uma devastação florestal sem precedentes, ultrapassando mais de 1,2 mil hectares só em 2018, aumento de mais de 300% se comparado ao ano anterior. “O garimpo se industrializou nos últimos dez anos. Entrou maquinário pesado, é muito dinheiro, cada máquina dessas custa 500 mil, até 1 milhão de reais. Os grandes empresários entraram no negócio. Estamos falando de uma rede que inclui grilagem, desmatamento, destruição de rios, crime organizado, facções criminosas que usam o garimpo para lavar dinheiro, como é o caso em Roraima. É um convite quase irresistível, é muito fácil você usar a fragilidade da cadeia do ouro para lavar dinheiro, além do ganho econômico imediato”, explica Maurício Ângelo, pesquisador e diretor do Observatório da Mineração.

A ÁREA DEGRADADA PELA MINERAÇÃO CRESCEU 3.350% DE 2016 A 2020, REVELA RELATÓRIO

Segundo Ângelo, ao menos metade do ouro exportado do Brasil é de origem ilegal e tem como principais destinos a Suíça, o Canadá e países da União Europeia. “Historicamente, o *lobby* mineral sempre foi muito próximo dos governos, seja ele qual for, independentemente de partido. Mas, nos últimos quatro anos, o *lobby* do garimpo esteve muitíssimo próximo de Bolsonaro, do vice Hamilton Mourão e do ministro Ricardo Salles. E a prova disso são as várias reuniões que esses lobistas participaram em Brasília, nos vários gabinetes do governo anterior”, ressalta o pesquisador, lembrando que muitas associações de garimpeiros usam brechas existentes nas regras impostas pela Agência Nacional da Mineração (ANM) para conseguir a liberação para explorar as terras indígenas.

Dados publicados, em novembro de 2021, pela Amazon Watch e Articulação dos Povos Indígenas, conhecida pela sigla Apib, mostram que quase 2,5 mil requerimentos minerários ativos, envolvendo 570 empresas, estão sobrepostos a 261 áreas demarcadas, o equivalente a mais de 100 mil quilômetros de extensão, uma área superior à da Coreia do Sul. Os números fazem parte do relatório *Cumplicidade na Destruição IV*, a revelar ainda a relação das empresas que constam na ANM e financiam a corrida pelos recursos minerais nas TIs, entre elas a Vale, a Anglo American Níquel Brasil Ltda, a Minsur e outras *(gráfico à pág. 17)*.

Essas mineradoras são bancadas por gigantes do mercado financeiro. Sediadas nos EUA, as gestoras Capital Group, BlackRock e Vanguard investiram 14,8 bilhões nas empresas com projetos que avançam sobre terras indígenas. Do Brasil, o fundo de pensão Previ aportou 7,4 bilhões de dólares e o Bradesco, quase 4,4 bilhões. O documento revela ainda que, em 2020, a área minerada no Brasil era de 206 mil hectares, quase sete vezes maior que a registrada em 1985, de 31 mil hectares.

O resultado são os conflitos em torno das TIs na região, que têm como consequência a tragédia vivida pelos Yanomâmis. De acordo com o relatório *Yanomâmi sob Ataque*, em outubro de 2018 a área destruída pelo garimpo na TI era de cerca de 1,2 mil hectares, a maior parte dela próxima aos rios Uraricoera e Mucajaí, hoje praticamente mortos. De 2019 para cá, a área explorada pelos criminosos mais que dobrou e chegou a 3,27 mil hectares em dezembro de 2021. A ganância dos garimpeiros ganhou ainda mais força a partir do segundo semestre de 2020, com a disseminação da pandemia de Covid-19, alcançando o pico em 2021, mais mil hectares de área destruída.

O GOVERNO TAMBÉM INVESTIGA A EXPLORAÇÃO SEXUAL E ADOÇÕES ILEGAIS DE CRIANÇAS INDÍGENAS, DIZ ARIEL DE CASTRO ALVES

Ex-superintendente da Polícia Federal no Amazonas, o delegado Alexandre Saraiva diz que a tragédia dos Yanomâmis pode ser a oportunidade para se fazer uma varredura, apontar os responsáveis e investigar os financiadores, começando pela desarticulação da logística dos criminosos, fechando o espaço aéreo e as vias fluviais, proposta que converge com as primeiras ações do governo Lula. "É o momento de passar um pente-fino em tudo. O governo Bolsonaro incentivou a tragédia dos Yanomâmis. No Direito Penal temos um artigo que diz o seguinte: quando um servidor público tem por dever evitar determinado resultado e, por omissão dolosa, não evita, é tratado como se autor do crime fosse e deve responder por ele. A tragédia ali não parece ser pequena, as aldeias são muito espalhadas, numa área imensa, é difícil ter a exata noção do tamanho do estrago."

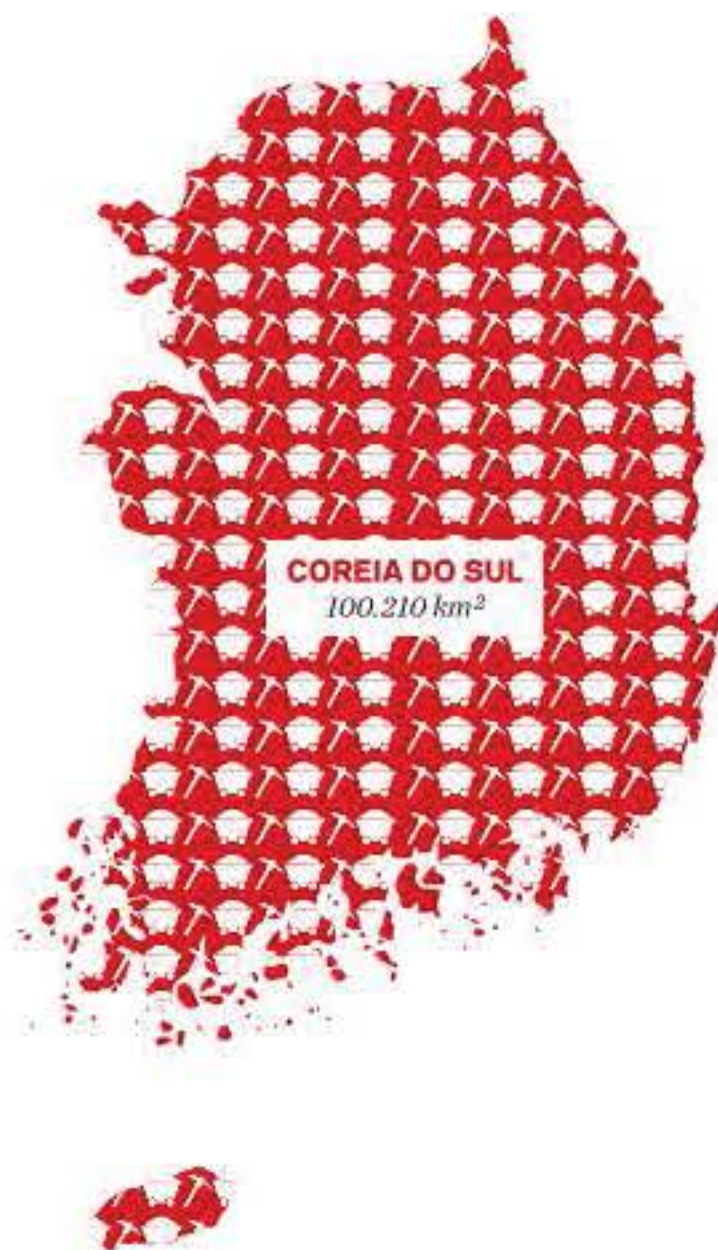
Em recente entrevista à *Folha de S.Paulo*, o governador de Roraima, Antonio Denarium, do PP, mesmo com todas as evidências do genocídio, eximiu os garimpeiros da responsabilidade, alegando que a desnutrição entre indígenas é "recorrente há 20 anos". Bolsonarista raiz, defendeu a aculturação dos indígenas e a exploração comercial das TIs, sob o argumento de que Roraima é dona das terras mais ricas do mundo, por ter "a tabela periódica inteira", uma espécie de sonho de consumo dos mercadores da mineração. As declarações do governador, que fez questão de adotar uma unidade monetária latina em seu sobrenome – no registro civil, ele se chama Antonio Olivério Garcia de Almeida –, causaram reação imediata dos movimentos indígenas. Mais de 60 organizações assinaram um documento que classifica a fala de Denarium como desumana e leviana.

O governador é acusado de facilitar a atuação dos garimpeiros, recorrendo, inclusive, a projetos de lei que proíbem a destruição de maquinários utilizados pelos criminosos. Para além de ter a tabela periódica inteira, Roraima é o estado mais bolsonarista do Brasil. Nas eleições de 2022, Bolsonaro obteve 76% dos votos, venceu em 14 dos 15 municípios. Perdeu apenas em Uiramutá, cidade cuja maioria da população é indígena.

Em resposta à crise humanitária em Roraima, na segunda-feira 30 o presidente Lula assinou um decreto adotando medidas para atender o estado de emergência em saúde pública no território Yanomâmi, instalado na semana anterior. O documento convoca os ministérios da Defesa, da Saúde, de Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome e dos Povos Indígenas a atuarem no enfrentamento à crise humanitária vivenciada pelos indígenas daquela região. O documento determina ainda

O resgate ao povo Yanomâmi testa os limites da saúde indígena na floresta amazônica

A MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

Quase 2,5 mil requerimentos minerários ativos, de 570 empresas, estão sobrepostos a 261 áreas demarcadas

101 MIL KM²

é a área total desses pedidos, mais que a extensão territorial da Coreia do Sul

Fonte: Amazon Watch e Apib (dados de novembro de 2021)

INTERESSES MINERÁRIOS POR EMPRESAS

Requerimentos ativos na ANM com sobreposição em Terras Indígenas (5/11/2021)

Empresa	Nº Req.	TIs Afetadas	Área em Ha
Vale*	75	14	212.943
Anglo American Níquel Brasil Ltda.	65	11	154.966
Minsur*	35	2	21.280
Potássio do Brasil Ltda.	19	6	68.411
Rio Tinto Desenvolvimentos Minerais Ltda.	14	3	30.918
Belo Sun Mineração	11	2	62.865
Anglogold Ashanti Mineração Ltda.	3	1	8.023
Glencore Exploracão Mineração do Brasil Ltda.	3	2	13.331

Requerimentos da Vale S.A. e Vale Metais (que pertence ao mesmo grupo) foram somados para esta pesquisa. O mesmo ocorreu para as mineradoras Mamoré e Taboca, ambas pertencentes ao grupo Mindur. Elaboração: Amazon Watch e Apib

que o Comando da Aeronáutica crie uma Zona de Identificação de Defesa Aérea sobre o espaço aéreo que cobre todo o território Yanomâmi durante o período que durar o estado de emergência e adote medidas de controle do espaço aéreo contra tráfego de aeronaves suspeitas e ilegais.

"Na criminologia se diz que uma das causas do crime é a ausência do guardião. Quando as pessoas percebem que o Estado não está olhando, o crime vai acontecer. O guardião não precisa ser um policial, pode ser uma câmera, um veículo na área, um satélite, o importante é que as pessoas tenham a percepção de que o Estado está olhando e, mais que isso, que essas ações não sejam vistas pelos criminosos como pontuais. Precisamos ter um protocolo de atuação permanente para aquela região", defende Saraiva.

Ao contrário do ocorrido no governo Bolsonaro, quando garimpeiros e lobistas eram transportados em aviões da FAB, o decreto presidencial determina que o Ministério da Defesa atue no fornecimento de dados de inteligência e no transporte aéreo logístico das equipes da Polícia Federal, do Ibama e dos demais órgãos e entidades da administração pública federal que participarão diretamente na neutralização de aeronaves e de equipamentos relacionados à mineração ilegal no território indígena. Na quarta-feira 1º, a Aeronáutica deu início à Operação Escudo Yanomâmi, para desarticular a logística que abastece o garimpo, utilizando um radar de controle do tráfego aéreo. A operação foi dividida em três zonas, uma delas é a proibida, em que só estão autorizadas a trafegar aeronaves militares ou que fazem parte da operação. Na área restrita podem voar aeronaves que estão em contato com órgãos de controle e, na zona reservada, estão permitidos voos de acordo com as regras e orientações do tráfego aéreo.

MICHEL DANTAS/AFP

"Não vai ter mais sobrevoo, nós vamos proibir as barcaças de transitar com combustível. Os Yanomâmis conquistaram aquela terra. Na verdade, já era deles antes de os portugueses entrarem aqui. Conseguiram a demarcação e nós precisamos dar a eles qualidade e condições de vida, porque do jeito que estão vivendo é uma coisa mais que desumana", discursou Lula, na segunda-feira 30, diante do chanceler da Alemanha, Olaf Scholz. "O governo brasileiro vai tirar e acabar com o garimpo em qualquer terra indígena a partir de agora. Não haverá autorização para fazer pesquisa em qualquer área indígena."

As medidas adotadas pelo governo para combater o garimpo e a repercussão mundial da tragédia dos Yanomâmis não foram suficientes para intimidar os criminosos. Segundo Hekurari, garimpeiros continuam agindo como se nada estivesse acontecendo. "Os caras não têm medo. Sabem que tem policiais, que tem o Exército, mas acham que não vão fazer nada com eles", diz, ao lembrar da morte de duas crianças sugadas por uma draga dos garimpeiros. As mortes dos curumins foram denunciadas ao governo Bolsonaro, mas não houve sequer investigação efetiva.

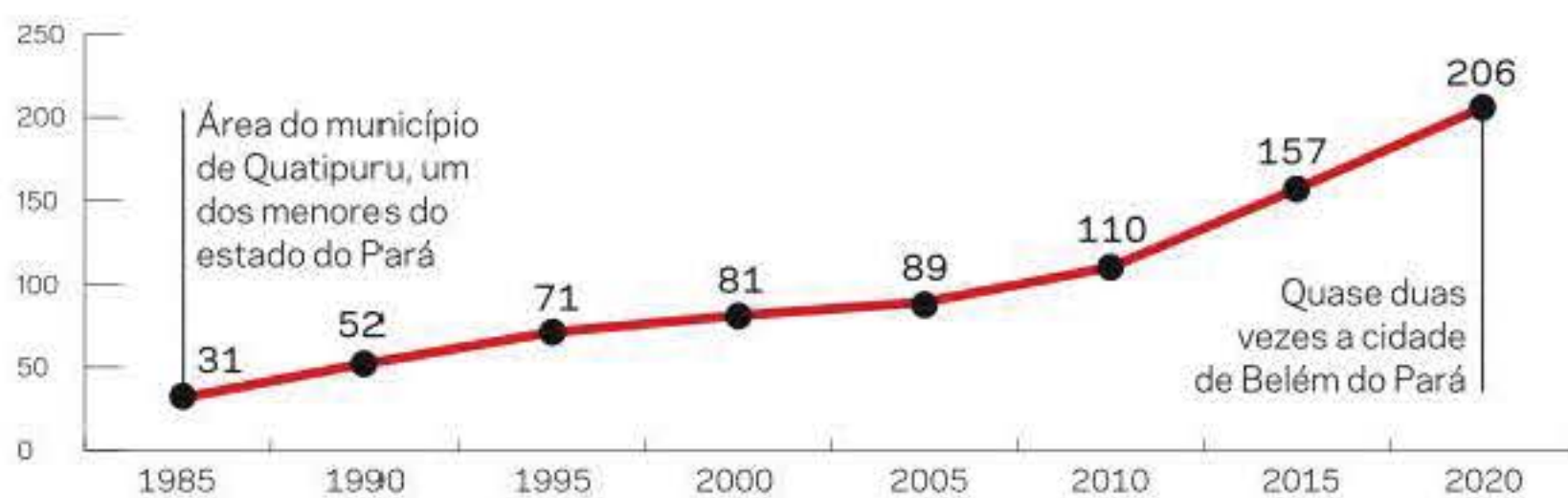
Ariel de Castro Alves, secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, esteve em Roraima para acompanhar de perto a situação e apurar falhas nas políticas públicas de proteção aos indígenas. "Estamos verificando, além das causas da mortalidade infantil por motivos evitáveis nos últimos quatro anos, as situações de possíveis adoções ilegais de crianças indígenas, acolhimentos irregulares de crianças em abrigos, abusos sexuais e exploração sexual infantil, falhas no atendimento de saúde de gestantes indígenas, no atendimento de pediatria e de enfrentamento à desnutrição das crianças indígenas na primeira infância", explica, acrescentando que as irregularidades envolvem os governos federal, estadual e municipal nos últimos quatro anos.

Aliado do garimpo, o governador Antônio Denarium gaba-se de ter "toda a tabela periódica" no rico solo de Roraima

Acolhendo uma solicitação da Apib, o ministro Luís Roberto Barroso, do STF, determinou que a Procuradoria-Geral da República, o Ministério Público Militar, o Ministério da Justiça e a Superintendência Regional da Polícia Federal em Roraima apurem se existiu crime de genocídio por parte do governo. Ele pede que seja investigado se houve desobediência e quebra de segredo de Justiça e de direitos ambientais por parte do governo passado que colocasse em risco a vida dos indígenas. Há relatos de que o ex-ministro da Justiça de Bolsonaro Anderson Torres – preso na Polícia Federal por ter contribuído com atos golpistas de 8 de janeiro – teria vazado informações sigilosas sobre operações que ocorreriam para combater o garimpo ilegal. Ele teria autorizado a publicação dos detalhes da operação no *Diário Oficial*, como a data e o local onde seria a ação, dando chance de reação por parte dos criminosos. Há indícios também de que uma operação que seria feita pela FAB chegou a ser alterada, facilitando a organização dos criminosos.

Na ação, Barroso afirma haver "um quadro de absoluta insegurança dos povos indígenas envolvidos, bem como a ocorrência de ação ou omissão, parcial ou total, por parte de autoridades federais, agravando tal situação". Barroso determinou que o governo retire todos os garimpeiros não apenas da TI Yanomâmi, mas também de Karipuna, Uru-Eu-Wau-Wau, Kayapó, Arariboia, Mundurucu e Trincheira Bacajá. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, anunciou que vai utilizar o Fundo Amazônia para ajudar no combate à crise humanitária na TI Yanomâmi. Na segunda 30, ela se reuniu com a ministra da Cooperação da Alemanha, Svenja Schulze, que anunciou o repasse de 200 milhões de euros (1,1 bilhão de reais) para o Brasil. •

A PRODUÇÃO MINERAL DUPLICOU NO INTERVALO DE DEZ ANOS

Área de produção mineral (em mil hectares)

Fonte: Projeto mapBiomas – Mapeamento da superfície de mineração industrial e garimpo no Brasil – Coleção 6, acessado em 06/12/2021 através do *link*: https://plataformabrasil.mapbiomas.org/
Elaboração: Amazon Watch e Apib

GOVRR

CÉLIA XAKRIABÁ

O cocar toma posse

▶ É o começo da resistência em um Parlamento anti-indígena. Nunca mais sem nós

São 523 anos de luta, de violência, genocídio e invasões. Esta é a história que não contam sobre os povos indígenas do Brasil. Durante todo esse tempo, apenas dois parlamentares indígenas foram eleitos na história. Se isso não é apagamento ou o que chamo de racismo da ausência, não sei o que é. Em 2023, chegamos com duas mulheres eleitas pela bancada do cocar e tomamos posse do que sempre foi nosso. Entrar no Congresso eleita é reintegrar a posse de um Brasil que é terra indígena.

Entro aqui não com as gravatas do protocolo, mas com a gravata dos nossos ancestrais. As gravatas Xavante, as gravatas Xakriabá e de todos nós. Entro para assinar, não para assassinar direitos. Em um lugar onde muito é dito e pouco se escuta é onde ecoaremos os nossos cantos com o poder do maracá. Tomamos posse sabendo exatamente o que estamos enfrentando. Já estivemos na luta do lado de fora, recebendo balas de borracha. Sabemos o que pensam de nós os homens de paletó. E é exatamente contra esse apagamento que resistiremos.

Chegamos com força, com um novo e ancestral ministério, com um governo que se comprometeu com os nossos povos. Mas chegamos também em um Parlamento que sabemos ser anti-indígena. Nos corredores dessa casa de senhores já se escuta dizer que o presidente quer criar uma Comissão dos Povos Originários. Desmembrá-la da Comissão de Direitos Humanos. A pergunta é: o que querem eles? Nos ludibriar com a luz e o reflexo de um nome bonito e a aparente participação, como faziam os invasores com os espelhos? Ou seria criar mais um espaço para os(as) aliados(as) que vão no oposto do que os nossos movimentos querem?

Representatividade não é apenas se autodeclarar indígena, se pintar ou até mesmo usar um cocar. Representatividade a gente ganha no chão da luta, que sempre foi o nosso maior palco. E qualquer coisa ao contrário disso não reflete a verdadeira luta dos povos indígenas. Entregar uma comissão a qualquer pessoa que defenda o bolsonarismo ou que ignore o genocídio cometido nos últimos quatro anos contra os nossos povos é continuar sendo um Parlamento anti-indígena.

Além disso, as disputas seguem firmes no campo da extrema-direita para seguir passando a boiada e o garimpo. Diante da nossa vontade de propor, mais uma vez, uma frente parlamentar indígena, vemos um deputado aliado ao garimpo e do partido de Jair Bolsonaro tentar usurpar esse espaço e evitar que a nossa luta real seja feita. Não passarão. A hora agora é de barrar a boiada e não chego sozinha. Os meus seguem firmes do lado de fora, onde sempre estiveram fazendo frente aos ataques a nós e ao planeta.

Durante os quatro anos do ecocídio promovido por Bolsonaro e seus aliados do alto escalão, como os recém-eleitos Damares Alves e Ricardo Salles, nós, os povos indígenas, é que fizemos o verdadeiro papel de ministros e ministras do Meio Ambiente. Fomos guardiões do que era possível preservar diante da ânsia daqueles que queriam queimar os nossos biomas e devastar as nossas terras.

Diante de tudo que estamos vendo nos últimos dias com a crise humanitária na Terra Indígena Yanomâmi, e que sabemos que acontece em vários territórios no nosso país, não entregar o que é de direito a quem tem direito é mais um ataque aos povos indígenas. Mais um apagamento. Houve uma tentativa de genocídio bancada pelo Estado brasileiro. Omissão, descaso e vontade política de dizimar um povo. Agora é preciso seguir resistindo pelos nossos. E é isso que faremos no Congresso.

Este foi o combo para a situação que vemos hoje nos territórios indígenas. É um ecocídio programado o que acontece agora com os Yanomâmis e tantos outros povos. A saída é clara: demarcação já. Sempre me pergunto quanto custa a demarcação das terras indígenas para essas pessoas. Mas a real pergunta deveria ser aquela proposta por Davi Yanomâmi: quanto custa a queda do céu?

E a tentativa de nos retirar do protagonismo da nossa própria pauta é a vontade de seguir perpetuando esse ecocídio. Como disse em sua posse a nossa parentíssima ministra Sônia Guajajara, "nunca mais sem nós". No mesmo ano em que se cria o nosso novo e ancestral ministério, não precisamos de colonizadores criando comissões ou frentes para falar por nós. Este foi o recado da ministra e será também o da bancada do cocar. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Bancada do garimpo

INTEGRADA À FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA, ELA REÚNE VELHOS E NOVOS PARLAMENTARES

por MARIANA FRANCO RAMOS*

Qual a base política de sustentação do genocídio na Terra Indígena Yanomâmi, em Roraima? O site De Olho nos Ruralistas e *CartaCapital* identificaram 16 parlamentares eleitos que, em Brasília ou nos estados de origem, atuam diretamente a favor do garimpo. O PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, abriga metade do time. Lobistas, amigos ou sócios de empresários do setor, deputados e senadores se somam a um número bem mais expressivo no Congresso de defensores da atividade predatória e de outras pautas danosas ao ambiente e aos povos do campo.

Os deputados federais Antônio Doido (MDB-PA), José Medeiros (PL-MT), Joaquim Passarinho (PL-PA), Delegado Eder Mauro (PL-PA), Hugo Leal (PSD-RJ), Silas Câmara (Republicanos-AM), Nicoletti (União-RR), José Priante (MDB-PA), Euclydes Pettersen (PSC-MG) e Ricardo Salles (PL-SP) integram o núcleo da bancada do garimpo na Câmara. No Senado, os expoentes são Wilder Morais (PL-GO), Davi Alcolumbre (União-AP), Wellington Fagundes (PL-MT), Zequinha Marinho (PL-PA), Jaime Bagattoli (PL-RO) e Hamilton Mourão (Republicanos-RS).

Oito desses políticos foram citados em um levantamento da *Folha de S.Paulo* divulgado em outubro. O jornal cruzou o banco de dados de processos minerários da Agência Nacional de Mineração (ANM) com aquele de candidatos do Tribunal Superior Eleitoral e suas respectivas empresas. Ex-prefeito de São Miguel do Guamá (PA), Antônio Doido tem 19 solicitações para uso do solo em seu nome, todas no Pará, e possui ações de uma mineradora. Morais é dono de cinco processos na base da ANM, um deles para pesquisa de ouro em Quirinópolis (GO).

DO NÚCLEO MAIS AGUERRIDO DOS DEFENSORES DA MINERAÇÃO, METADE É FILIADA AO PL DE JAIR BOLSONARO

São os casos mais explícitos. O histórico de atuação, os posicionamentos públicos e o resultado de votações indicam um grupo ainda maior. Medeiros, por exemplo, é autor do Projeto de Lei 571, que libera a mineração em terras protegidas. Vice-líder do governo Bolsonaro, o deputado criticou as "burocracias do licenciamento ambiental" e cobrou a regulamentação da atividade nas serras da Borda e Santa Bárbara, em Mato Grosso.

Primo do governador Helder Barbalho (MDB-PA), Priante reuniu-se com o então ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, em fevereiro de 2022, para pedir o fim de operações policiais contra o garimpo ilegal no Rio Tapajós. Passarinho, Medeiros e Marinho são próximos de figuras históricas do movimento ga-

rimpeiro, entre eles José Altino Machado, Dirceu Frederico Sobrinho e Antônio da Justa Feijão. Alcolumbre e Fagundes advogam pelos interesses de garimpeiros no Executivo. Os cinco políticos são citados no estudo *O Cerco do Ouro: Garimpo Ilegal, Destruição e Luta em Terras Munduruku*, publicado em abril de 2021 pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. Em setembro de 2021, o *Diário do Amapá* publicou que o ex-presidente do Senado atuou em favor da extração de ouro e tantalita em Calçoene. "Era uma luta de milhares de garimpeiros, de milhares de famílias amapaenses que agora terão segurança jurídica para exercerem suas atividades", comemorou Alcolumbre.

Financiado por mineradoras e frigoríficos, Passarinho assina o PL 6.432, que autoriza empresas a comprar ouro diretamente do garimpo. Ele foi o escolhido do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para comandar o Grupo de Trabalho de Revisão do Código de Mineração. "Conheço garimpo de dentro do garimpo, daqueles que nem energia têm", declarou em uma audiência.

Esse grupo organizou diversas agendas na Esplanada e no Palácio do Planalto. O então vice-presidente Mourão e o ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles estiveram em algumas. Em agosto de 2020, o Ministério Público Federal pediu informações ao comando da Aeronáutica sobre um voo que transportou indígenas pró-garimpo de Jacareacanga (PA) para uma reunião com o então ministro em Brasília. No ano seguinte, Salles transferiu seu gabinete e os ga-

PEDRO FRANÇA/AG. SENADO, ROMÉRIO CUNHA/VPR, GILBERTO SOARES/MMA, PAULO SÉRGIO/AG. CÂMARA, NILSON BASTIAN/AG.CÂMARA E JEFFERSON RUDY/AG.SENADO

Da esquerda para a direita: Marinho, Passarinho, Nicoletti, Salles, Mourão e Morais. Na Câmara e no Senado, os garimpeiros contam com seus representantes

binetes dos presidentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para Itaituba (PA) por 15 dias. A medida, publicada no *Diário Oficial da União*, deu-se no mesmo período em que ocorreria uma operação de combate ao desmatamento ilegal.

Mourão e Zé Altino, conhecido como "rei do garimpo", encontraram-se em ao menos quatro ocasiões, em Brasília. Em duas, Euclydes Pettersen esteve presente. O observatório publicou um dossiê, *As Veias Abertas*, uma mostra da atuação direta de bolsonaristas em benefício da atividade.

Um dos maiores produtores de soja de Rondônia, Jaime Bagattoli, eleito em outubro, prometeu "lutar muito" para legalizar os garimpos. "Podemos até dar legalidade aos garimpos dentro das reservas indígenas", afirmou à revista *Cenarium*. De acordo com a Repórter Brasil, o político teve suas propriedades autuadas pelo Ibama quatro vezes por infrações ambientais. À agência ele alegou agir "dentro da legalidade".

Novos parlamentares não diretamente ligados ao garimpo, como Damares Alves (Republicanos-DF) e Sergio Moro (União-PR), são acusados de ação ou omissão diante do genocídio Yanomâmi. A ex-ministra esteve cinco vezes em Roraima para tratar de assuntos relativos à etnia. Em nenhuma delas visitou o território ou ouviu relatos sobre os conflitos com garimpeiros. As informações constam do relatório preliminar do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, divulgado no fim de janeiro. O documento mostra que Damares ignorou recomendações internacionais sobre a crise sanitária e agiu com descaso diante de processos encaminhados.

Moro é um dos autores do Projeto de Lei 191, que autoriza a mineração nos territórios indígenas. O agora senador assinou o texto quando ocupava a pasta da Justiça e Segurança Pública.

Em março do ano passado, mês em que a Câmara aprovou a urgência na tramitação do projeto, 152 dos 279 votos vieram da Frente Parlamentar da Agropecuária. O grupo emitiu parecer favorável à medida. Quem esteve à frente das discussões foi o então líder do governo Ricardo Barros (PP-PR). "Sem licença não há fiscalização nem obrigação de reconstituição ambiental", justificou.

A frente reúne 280 congressistas, dos quais 200 disputaram a reeleição e 133 conseguiram sucesso (126 na Câmara e sete no Senado). Em entrevista a *O Estado de S. Paulo*, o novo presidente da FPA, Pedro Lupion (PP-PR), projetou uma bancada de 300 integrantes em 2023, com força para se contrapor ao governo Lula, a quem chamou de "radicalizado e ideologizado" contra o agronegócio. •

**Repórter do site* De Olho nos Ruralistas.

Chega de faroeste

FAKE NEWS Na ofensiva contra a desinformação, o governo segue os passos da União Europeia e mira a regulação das *Big Techs*

POR ANDRÉ BARROCAL

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 30
Justiça. Novas normas restabelecem a segurança nos casos legais de aborto

GUSTAVO BEZERRA/PT NA CÂMARA E CLÉBER CAETANO/PR

Resposta. O ministro Pimenta pretende lançar, em março, uma consulta pública sobre a regulamentação das plataformas digitais, forma de estimular o debate

O presidente Lula recebeu no fim de janeiro um telefonema do colega Emmanuel Macron. Na conversa de uma hora, na qual o brasileiro convidou o francês a visitar o País, os mandatários trataram da importância de combater a desinformação, adubo de ideias de extrema-direita pelo mundo. As mentiras com fins políticos correm soltas na internet, por isso enfrentá-las exige peitar as chamadas plataformas, que dominam as comunicações *online*, entre elas Facebook (dono de Instagram e WhatsApp), Twitter e Google. A culpa no cartório das *Big Techs* é a premissa de uma conferência global que a Unesco, agência da ONU para educação e cultura, realizará em 22 e 23 de fevereiro na terra de Macron. Será um debate sobre como usar a lei contra (palavras da Unesco) "um punhado de gigantes digitais" que dão voz à "desinformação generalizada, discurso de ódio e teorias da conspiração". Propósito parecido com aquele do norte-americano Joe Biden, a quem Lula visitará na sexta-feira 10.

No Brasil, desenha-se uma ofensiva do governo contra a desinformação e as *Big Techs*. Na mesa de Lula repousa, entre outras medidas, uma lei levada pelo ministro da Justiça, Flávio Dino, que obriga as plataformas a barrarem a publicação de pregações favoráveis a dois crimes: golpe de Estado e terrorismo. Ex-juiz, Dino resolveu apressar a proposta por causa da intentona bolsonarista de 8 de janeiro. Entregou-a a Lula no dia da ligação de Macron. Na Advocacia-Geral da União, defensora do governo nos tribunais, nasceu via decreto presidencial um órgão que terá como uma de suas missões tentar proteger políticas públicas dos efeitos da desinformação, a Procuradoria Nacional de Defesa da Democracia. As plataformas foram incluídas em reuniões que, até o fim do semestre, farão um ajuste fino no papel da Procuradoria.

As plataformas lucram com as mentiras e os discursos de ódio nas redes, adubos do extremismo

A vacinação da população na pandemia é um caso pedagógico de ação pública afetada por mentiras. Jair Bolsonaro associou a injeção a jacarés e ao HIV. O chefe da Procuradoria, Marcelo Eugênio Feitosa Almeida, doutor em Direito, diz que, para tomar decisões sobre como se relacionar com o Poder Público, o cidadão precisa estar bem informado. Curiosamente, o primeiro caso levado a ele tinha Lula como "acusado". Segundo o deputado paulista Kim Kataguiri, do União Brasil, um dos líderes do MBL, grupo direitista que ganhou fama e adeptos graças à comunicação *online*, o petista "desinformou" ao classificar o *impeachment* de Dilma Rousseff como "golpe", durante viagem ao Uruguai. Almeida pediu subsídios à Secretaria de Comunicação Social da Presidência antes de decidir sobre o caso.

A Secretaria é de onde partirá a maior investida contra as *Big Techs*. Ao assumi-la, em 3 de janeiro, Paulo Pimenta, deputado pelo PT gaúcho, comentou: "Faremos um trabalho permanente de combate às *fake news* e à desinformação". E reconheceu que a tarefa não

é "fácil" nem "simples", inclusive por causa da natureza humana. O ministro gosta de uma história dos anos 1950 sobre uma seita em Chicago, nos Estados Unidos, conhecida como *seekers*, segundo a qual a humanidade acabaria graças a um dilúvio. Para escapar da tragédia, seria preciso estar num determinado local e hora e entrar em um disco voador. Os adeptos da seita largaram empregos, famílias, tudo. Quando não houve o apocalipse, a líder do grupo, a dona de casa Dorothy Martin, saiu-se com a seguinte explicação: a fé da seita havia salvado o mundo. Esses fatos foram relatados em um livro de 1956, intitulado *Quando a Profecia Falha*, escrito por três psicólogos de Nova York. Para os autores, o fracasso da "previsão" aumentou a crença dos fiéis, não o contrário. Dissonância cognitiva.

Medida. Dino quer impedir a circulação de ideias terroristas e golpistas

A pasta de Pimenta conta com uma recém-criada Secretaria de Políticas Digitais. À frente está um ativista contra a desinformação, João Brant, mestre em regulação e políticas de comunicação. Brant planeja lançar até março uma consulta pública sobre regulação das plataformas, sugestão feita pela equipe do governo de transição. Desconfia que a sociedade não está convencida da necessidade de uma normatização, daí a consulta servir para expor o tema e mostrar a sua urgência. Um farol para o Brasil sobre o que fazer são duas leis de outubro passado da União Europeia. Uma, a dos Mercados Digitais (DMA, na sigla em inglês), busca conter o poder econômico das *Big Techs*. Estas não poderão privilegiar marcas ou produtos, por exemplo, do contrário, levarão multa de 10% da receita. A legislação entra em vigor em abril. A outra é a dos Serviços Digitais (DSA), que passa a valer a partir de 2024. Trata do conteúdo propriamente dito nas redes, o real vespeiro.

O objetivo da DSA é barrar, ou ao menos reduzir, a circulação de mensagens ilegais e nocivas, ao fixar certas regras sobre moderação de conteúdos (aquilo que as plataformas podem decidir por conta própria publicar ou não) e sobre os famigerados algoritmos das empresas. A moderação existe, e a baliza sobre o que pode ou não consta de uma espécie de cartilha de cada plataforma. A lei europeia quer tornar a cartilha transparente e suscetível às demandas da sociedade e do Poder Público, por meio de dispositivos de *due dilligence* (dever de cuidado, em tradução livre) e de um código de conduta. A lei de Dino contra a pregação golpista e terrorista inspira-se nesses dispositivos. No caso dos algoritmos, a legislação europeia contém normas para iluminá-los um pouco. Esses algoritmos servem para as plataformas manterem os usuários o maior tempo possível na frente do celular ou do computador, ao oferecer aquilo que eles supostamente querem. São elaborados a partir da coleta de dados (sites visitados, informações lidas etc.).

Copiar o modelo europeu não imporia às *Big Techs* nada que elas já não fizessem. Isso poderia facilitar a aprovação de uma lei no Congresso, onde certamente haverá *lobby* das empresas pesos pesados. No governo, há, porém, gente graúda que prefere a linha "Joe Biden", ainda mais dura com as plataformas.

Em 8 de setembro, a Casa Branca realizou uma "sessão de escuta" com estudiosos e profissionais do ramo da Tecnologia da Informação e em seguida divulgou um comunicado. O texto diz, entre outras coisas, que "a falta de transparência significa que os algoritmos não podem ser examinados por ninguém fora das próprias plataformas, criando uma barreira para uma responsabilidade significativa". Responsabilizar as empresas

pelo que corre nas veias delas é um desejo de Biden. As *Big Techs*, salienta o comunicado, "têm proteções legais que as isenta amplamente de responsabilidade, mesmo quando hospedam ou divulgam condutas ou materiais ilegais e violentos". A proteção é garantida pelo artigo 230 da Lei de Decência nas Comunicações, de 1996. Biden quer reformá-lo.

Para uma autoridade brasileira, as plataformas estão numa situação confortável demais aqui também. Mentiras, ódio e teorias da conspiração correm pelas redes sociais, influenciam os rumos do País, e as empresas fingem que nada têm a ver com o assunto. É decorrente de um totem do Marco Civil da Internet. Pelo artigo 19 dessa lei, a 12.965, de 2014, uma plataforma só poderá ser responsabilizada por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial, não tomar providências para tirar conteúdo do ar. Recentemente, o juiz Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, mandou as redes sociais bloquearem os perfis do deputado federal mais votado do Brasil, o mineiro bolsonarista Nikolas Ferreira, do PL, propagador de mentiras sobre fraude nas urnas. O Telegram descumpriu a ordem e tomou multa de 1,2 milhão de reais (e não quer pagar).

> "Faremos um trabalho permanente de combate às *fake news* e à desinformação", promete o ministro Paulo Pimenta

Há mudanças na legislação brasileira em debate há mais de dois anos no Congresso que tentam atacar problemas posteriores ao Marco Civil. No estágio atual, não chegam ao ponto de abrir caminho para punir as *Big Techs*. É o Projeto de Lei 2.630, nascido e aprovado no Senado em 2020 para combater *fake news* e que, de lá para cá, tornou-se mais amplo. O texto está na Câmara dos Deputados, aos cuidados de Orlando Silva, do PCdoB paulista. Seu foco são as redes sociais, serviços de pesquisas na *web* (como o Google) e aplicativos de mensagens (WhatsApp, Telegram). A consulta pública sobre regulação das plataformas que o governo deve lançar até março vai colher elementos que podem ser usados em negociações com Silva. Ou para dar origem a um projeto novo. Vai depender de cálculos políticos sobre quem perde, quem ganha e o que é mais viável no Parlamento.

No governo, há quem avalie ter faltado esse tipo de cálculo ao ministro da Justiça na proposta para coibir golpismo e terrorismo na *web*. Dino sugeriu a Lula baixar uma Medida Provisória, ou seja, uma norma com força imediata de lei. Significa passar por cima, em parte, de Silva e dos representantes da sociedade civil que há dois anos discutem o projeto 2630. Não à toa, o deputado manifestou nos últimos dias contrariedade com o ministro. Idem um grupo que fez parte dos debates com o parlamentar, a coalizão Direitos na Rede.

O mal-estar explica em boa medida a decisão do Ministério da Justiça de não vir a público justificar a proposta. Sabe-se que a principal idealizadora do texto é uma advogada nomeada por Dino como assessora especial para "Direitos Digitais", Estela Aranha. Formada em Direito na USP, Aranha presidiu, na OAB, a Comissão Especial de Proteção de Dados. Sabe-se também qual a filosofia geral da lei, conforme dito pelo ministro a *CartaCapital* em 17 de janeiro: "Se você constata que um conteúdo está lá dizendo 'fabriquem uma bomba e joguem no aeroporto', você vai lá e dá ao provedor (à plataforma) um tempo para tirar esse conteúdo do ar". "O que não pode nas ruas", prosseguiu, "não pode nas redes."

O vale-tudo nas redes é o paraíso para as *Big Techs*. Dá dinheiro, e muito. •

RICHARD SILVA/PCDOB NA CÂMARA, AGU/GOVBR E ISAAC AMORIM/MJSP

Vertentes. Almeida, da AGU, e o deputado Orlando Silva se debruçam sobre o tema

Turista em apuro

FUGA Exposto pelo aliado Valdemar Costa Neto e acuado pelo genocídio do povo Yanomâmi, Bolsonaro tenta prolongar a permanência nos EUA

POR MAURÍCIO THUSWOHL

Estrelado por personalidades das artes, do esporte e da política, entre outras, o mercado de palestras nos EUA é dinâmico e chega a render algumas dezenas de milhares de dólares por uma única apresentação. Novato no circuito, Jair Bolsonaro arriscou sua primeira palestra em solo norte-americano na segunda-feira 30, em Orlando, cidade que escolheu para morar ainda antes de terminar seu mandato na Presidência da República. O evento, segundo aliados, marcou o início de uma nova fase na qual Bolsonaro buscará consolidar seu papel de liderança da direita e principal nome da oposição a Lula no Brasil. No entanto, a cotação dos ingressos – o mais barato custava 10 dólares e o mais caro, 50 – mostrou que as ideias do ex-capitão não estão valendo muito nem mesmo no estado fetiche do "padrinho" Donald Trump. Fiel a si mesmo, Bolsonaro voltou a minimizar atos golpistas e a fazer declarações cifradas e ofensivas à democracia: "Se o governo (*Lula*) continuar na linha que demonstrou nesses primeiros 30 dias, não vai durar muito", disse aos ouvintes, sem detalhar sua tese.

A declaração já faz parte das investigações sobre a participação de Bolsonaro nos atos golpistas de 8 de janeiro e se soma à postagem feita horas depois da invasão dos Três Poderes, quando replicou que Lula "havia sido escolhido pelo STF". O avanço das investigações no Brasil é uma Espada de Dâmocles sobre a cabeça do ex-capitão e deixa seu entourage apreensivo quanto a um possível pedido de prisão, em caso de retorno ao País. Na opinião de juristas, a situação de Bolsonaro agravou-se nos últimos dias com as revelações sobre a farra de gastos irregulares com o cartão corporativo da Presidência e a conivência de seu governo com o extermínio do povo Yanomâmi. Não bastasse, Valdemar Costa Neto, presidente do PL, partido de Bolsonaro, virou alvo de investigações após declarar que "todo mundo" possuía documentos semelhantes à minuta encontrada pela Polícia Federal durante batida na casa do ex-ministro Anderson Torres. O documento decretava um inconstitucional "Estado de Defesa" no Tribunal Superior Eleitoral, com a anulação das eleições e da vitória de Lula.

> Na madrugada da quinta 2, o senador Marcos do Val afirmou ter sido coagido pelo ex-presidente a participar de um golpe de Estado

Na madrugada da quinta-feira 2, o senador Marcos do Val, do Podemos do Espírito Santo, bolsonarista de quatro costados, forneceu novos elementos sobre as intenções do ex-presidente. Segundo o parlamentar, Bolsonaro teria tentado convencê-lo a dar um golpe de Estado, proposta por ele recusada. "É lógico que denunciei", declarou Do Val, que na sequência anunciou a intenção de renunciar ao mandato e voltar a viver nos Estados Unidos. "Não adianta ser transparente, honesto e lutar por um Brasil melhor, sem os ataques e as ofensas que seguem da mesma forma." O capixaba tem sido chamado de "traidor" pelos apoiadores do ex-capitão.

Sincericídio. A declaração de Costa Neto complicou ainda mais a situação jurídica do capitão refugiado na Flórida

PAUL HENNESSY/ANADOLU AGENCY/AFP E VALTER CAMPANATO/ABR

Na terça-feira 31 de janeiro, Alexandre de Moraes determinou que a PF tome o depoimento de Valdemar para que este esclareça o que disse: "Suas declarações devem ser esclarecidas notadamente no que diz respeito à adesão, por terceiras pessoas, de eventual intenção golpista", afirmou o ministro do Supremo Tribunal Federal. A determinação teve origem em uma representação do senador Fabiano Contarato, líder do PT no Senado, a apontar a prática do crime de supressão de documento, previsto no artigo 305 do Código Penal: "O presidente nacional do partido de Bolsonaro admitiu que triturou provas da trama golpista e criminosa para anular as eleições, manter um fascista no poder e impedir a posse de Lula. O STF julgará este grave fato com o rigor da lei e inspirado pelos pilares que regem a nossa Constituição". Contarato acrescentou que Costa Neto "lança mão de uma das táticas mais manjadas do bolsonarismo" ao vulgarizar uma tentativa de golpe. "Faz um esforço descompensado para normalizar o absurdo a partir de alegações vazias, desprovidas de qualquer evidência."

As palavras de Costa Neto sugerem a existência de uma conspiração com o envolvimento de integrantes da cúpula bolsonarista, além do próprio Bolsonaro. "É necessário investigar todos os que estão envolvidos de alguma forma. Não se pode poupar ninguém, porque foram crimes gravíssimos contra a democracia, não houve apenas dano ao erário público. Houve atentado contra os Poderes. E também o crime de tentativa de produzir um golpe de Estado. O quebra-quebra foi executado com a intenção de mobilizar uma intervenção militar que seria a materialização do golpe", avalia Pedro Serrano, professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, que coordenou o grupo de juristas responsável pela elaboração do projeto da Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito. Colunista de *CartaCapital*, o especialista diz que as condutas devem ser investigadas para que se entenda a extensão do caso: "Foram várias práticas que indicam a existência de uma organização criminosa para a produção desse golpe. A mera cogitação por si só não é crime, mas essas minutas de decreto podem, sim, ser provas importantes, dependendo de como se articulam com outros fatos".

O Grupo Prerrogativas, a reunir advogados progressistas, fez na segunda-feira 30 um pedido para que Costa Neto seja incluído nas investigações dos atos

Fantasmas. O temor de uma delação de Anderson Torres e o escândalo do MEC, sob o comando do pastor Milton Ribeiro, tiram o sono de Bolsonaro

golpistas: "É muito grave que um homem público experiente, presidente de um partido político, diga que todo mundo tinha em casa documentos golpistas. É inconcebível, e certamente Valdemar será chamado a depor para explicar que documento ele tinha em casa, quem o entregou, quem mais tinha acesso", afirma o advogado criminalista Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay. Ainda não se pode falar, porém, que existia um plano a envolver toda a cúpula bolsonarista ou mesmo Bolsonaro: "Não podemos fazer uma presunção de culpabilidade, mas o líder do PL disse que várias pessoas ligadas a ele tinham esses documentos golpistas e terá de se explicar. O mais importante, agora, é que haja uma investigação sobre o que tem realmente de verdade nessa fala do Valdemar e quem são as pessoas envolvidas. Poderá ou não chegar a Bolsonaro".

No mesmo dia, o ministro Luís Roberto Barroso, do STF, determinou a apuração da eventual participação de autoridades do governo anterior no suplício imposto aos Yanomâmis. As investigações podem chegar a Bolsonaro: "Havia um quadro de absoluta insegurança dos povos indígenas envolvidos, bem como a ocorrência de ação ou omissão por parte de autoridades federais, agravando a situação", disse o magistrado, em despacho à PF, ao MPF, à Procuradoria-Geral da República e ao Ministério Público Militar. Um relatório preliminar do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania apontou que, entre 2019 e 2022, período em que a pasta foi comandada pela agora senadora Damares Alves, ocorreram 22 casos em que o governo omitiu dados de violência ou deliberadamente ignorou alertas feitos por entidades da sociedade civil e organismos internacionais, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A caracterização do envolvimento de Bolsonaro dependerá das investigações, avalia Serrano. "Não só Bolsonaro, como também os outros agentes públicos que tenham tido algum tipo de participação nesse crime, nos termos do Artigo 29 do Código Penal, podem e devem responder por isso. Por enquanto, não dá para afirmar nada, as investigações mal começaram." O jurista é categórico ao afirmar, porém, que desta vez não há exagero ao se tipificar o crime de genocídio: "Na pandemia, não existia a figura do genocídio porque não havia o recorte étnico. No caso dos Yanomâmis, a materialidade e a tipicidade do delito estão mais do que demonstradas. Não passaram jogando Napalm na floresta para matar os indígenas, mas se sabia que as condutas do governo federal necessariamente levariam à morte daquela popula-

ALAN SANTOS/PR E ARQUIVO/MJSP

Farra. Os gastos do cartão corporativo, usado até mesmo nas motociatas do eterno candidato, implodiram o mito do caçador de mamatas do Planalto

ção. Não há dúvida que existe enquadramento no Inciso C do artigo 6º do Estatuto de Roma". Para Serrano, as atitudes do então governo "expandiram brutalmente o sacrifício dos Yanomâmis".

Kakay avalia que o genocídio dos Yanomâmis ganhou dimensão mundial e sugere investigações mais amplas. "O senador Sergio Moro atuou, enquanto ministro da Justiça, para desestruturar a Funai. Dom Phillips e Bruno Pereira foram mortos exatamente por aqueles beneficiados pela ação leviana e irresponsável do Ministério da Justiça. Hoje já se tem a comprovação de que quem os matou foi o líder da máfia de pescadores ilegais. Tudo isso terá de ser investigado e processado." O advogado diz que Bolsonaro, seus assessores e parte de sua família "certamente sofrerão processos criminais tanto pelos atos ocorridos durante o mandato quanto pelo que ocorreu depois". A começar pela invasão golpista de 8 de janeiro: "Bolsonaro incentivou isso diretamente e deverá, sim, ser responsabilizado ao fim da investigação".

Com medo do que lhe pode aguardar no Brasil, o ex-capitão permanece nos EUA. Segundo o jornal londrino *Financial Times*, o ex-presidente pediu às autoridades norte-americanas um visto especial com duração de seis meses. Para tanto, alegou, como fazem os refugiados, precisar "se defender de uma situação perigosa" em seu país. Cientes de qual perigo ameaça Bolsonaro, quase meia centena de parlamentares americanos, incluindo republicanos, exorta o governo Biden a abreviar a permanência do aliado de Trump na terra do Mickey. O periódico traz uma declaração do advogado Felipe Alexandre, sócio do escritório AG Immigration, que estaria auxiliando Bolsonaro em sua tentativa: "Acho que a Flórida será seu lar temporário longe de casa. Neste momento, com a situação dele, acho que precisa de um pouco de estabilidade".

Segundo os especialistas, mesmo que volte ao Brasil, Bolsonaro não deverá ser preso. Ao menos, não imediatamente. "Embora os fatos sejam gravíssimos, não acredito que haja motivo para uma prisão neste momento. Salvo se houver um dos requisitos que exigem uma prisão cautelar preventiva. Acho que, se Bolsonaro voltar, responderá ao processo aqui com amplo direito de defesa e todas as garantias constitucionais postas. Deverá ser preso se condenado, e acho que será, ao fim e ao cabo do processo legal com todos os direitos constitucionais, inclusive a presunção de inocência", afirma Kakay. Serrano segue na mesma toada: "Não seria correto Bolsonaro ter a prisão decretada. Há no Brasil uma banalização e o uso indevido da prisão preventiva. Temos cerca de 40% de nossa população carcerária presa preventivamente, ou seja, sem direito prévio à defesa. Acho que não se deve repetir esse tipo de prática nem com relação ao ex-presidente nem com relação a ninguém".

Serrano pondera que, se Bolsonaro procurar permanecer nos EUA, "em aparente tentativa de se evadir das investigações e dos processos no Brasil", aí sim pode se justificar a sua prisão preventiva. Ele ressalta, no entanto, que Bolsonaro não é um foragido da Justiça, pois saiu do Brasil em condições absolutamente legítimas e tinha total liberdade de ir aos EUA: "Lá, ele pediu a transformação de seu visto atual para outro tipo de visto, o que é algo possível. O fato de estar nos EUA não é, porém, impeditivo para que haja investigações sobre sua conduta". Por via das dúvidas, o capitão vai ficando onde está, como atesta o filho Zero Um, senador Flávio Bolsonaro: "Ele pode voltar amanhã, pode ser daqui a seis meses, pode não voltar nunca". •

> Barroso, do STF, determinou a apuração das responsabilidades do governo anterior no genocídio do povo Yanomâmi

Fanáticos de toga

SAÚDE Os entraves ao aborto legal criados pela gestão Bolsonaro foram revogados, mas juízes insistem em desrespeitar a lei

POR MARIANA SERAFINI

Uma menina de 12 anos, vítima de abusos e grávida pela segunda vez em um ano, chegou ao hospital em Teresina para realizar aborto legal, mas foi coagida por uma médica a seguir com a gestação. Segundo a profissional, o parto seria seguro, por se tratar de uma segunda gravidez. Pouco importa se a criança sofreu violência sexual. Depois disso, a garota foi enviada a um abrigo na capital, onde aguarda há quatro meses para realizar o procedimento. A pequena gestante enfrenta crises de ansiedade e chegou a tentar o suicídio, relatam conselheiros tutelares que acompanham o caso.

Não bastasse o constrangimento sofrido no hospital, agora a menina está sob a tutela da juíza Maria Luiza de Moura Mello e Freitas, da 1ª Vara de Infância e Juventude de Teresina, que nomeou uma defensora pública para representar os interesses do feto. Isso mesmo, você não leu errado. A magistrada colocou-se em defesa do feto com base em uma lei que não existe, o Estatuto do Nascituro, defendida por parlamentares evangélicos e bolsonaristas, mas que jamais foi aprovada pela Câmara, muito menos pelo Senado. O projeto, por sinal, é considerado inconstitucional por incontáveis juristas, uma vez que a Constituição Federal e o Código de Processo Civil consideram como pessoas de direito apenas os nascidos vivos. Enquanto o imbróglio jurídico se arrasta, a gestação avança e torna cada mais difícil a interrupção da gravidez sem riscos à vida da mãe, uma criança de 12 anos.

Em 2020, um caso semelhante repercutiu em todo o País após fanáticos religiosos mobilizados pela ativista de extrema-direita Sara Winter tentarem impedir uma menina capixaba de 10 anos, estuprada pelo tio, de interromper a gravidez. A criança teve a ficha médica vazada e a vida devastada pelos fundamentalistas, que a perseguiram até Pernambuco, para onde foi transferida, a fim de conseguir realizar o procedimento com segurança. Nos bastidores, a então ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, hoje senadora, enviou emissários para tentar convencer os conselheiros tutelares a reprovarem o aborto legal.

A legislação brasileira permite a interrupção da gravidez apenas para os casos de estupro, de risco de vida à gestante ou feto anencéfalo, que não teria condições de sobreviver fora do ventre materno. Ou seja, uma criança vítima de violência sexual jamais deveria ter a decisão de abortar questionada, pois está amparada pela lei. Mas, nos últimos anos, o governo de Jair Bolsonaro criou uma série de obstáculos para impedir as mulheres de exercerem esse direito. Ao assinar a Declaração do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família, pacto firmado por países sob governos de extrema-direita, Bolsonaro feriu, inclusive, garantias asseguradas pela Constituição de 1988.

> Em **Teresina**, uma magistrada evocou o inexistente **Estatuto do Nascituro** para nomear uma "representante dos interesses do feto"

Não por acaso, uma das primeiras iniciativas do governo Lula foi retirar o País desse acordo. A nova ministra da Saúde, Nísia Trindade, revogou um conjunto de portarias que tentavam dificultar o acesso ao aborto legal e ao tratamento das mulheres submetidas a procedimentos clandestinos. Recentemente, confirmou ainda a adesão nacional ao Compromisso de Santiago e à Declaração do Panamá, pactos que têm por objetivo fortalecer os direitos reprodutivos das mulheres.

Responsável por realizar o aborto de uma criança de 10 anos em Pernambuco, o médico obstetra Olímpio de Moraes celebra a mudança de postura do governo, mas é cético em relação a avanços. "Tiramos Bolsonaro do poder, mas a sociedade brasileira continua a mesma, as pessoas são muito conservadoras. E os médicos não são diferentes, pode-se dizer que a grande maioria é extremamente religiosa, o que leva a essas situações que temos visto, de violação dos direitos reprodutivos das mulheres", lamenta, acrescentando que o debate sobre o aborto está estagnado no Brasil desde o primeiro governo de Dilma Rousseff. "Historicamente, quando um governo progressista se vê ameaçado, a primeira coisa que ele coloca na mesa de negociação é o corpo da mulher."

FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR

De volta à normalidade? Não houve avanços na pauta, apenas o restabelecimento de garantias jurídicas, avaliam especialistas

Mesmo sem avanços na legislação, o obstetra aponta medidas que poderiam facilitar o aborto nos casos garantidos por lei. "Não tem motivo para o misoprostol não ser vendido nas farmácias, com controle, claro, como é o caso dos psicotrópicos", defende Moraes. Conhecido pela marca comercial Cytotec, o misoprostol é um medicamento utilizado para induzir o parto, para deter hemorragias pós-parto e também para induzir ao aborto quando necessário. "Uma mulher nas primeiras semanas de gestação nem precisaria de internação para interromper a gravidez, bastaria receber o misoprostol em casa e ter acompanhamento médico remoto."

A advogada Gabriela Rondon, pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero da Universidade de Brasília, explica que as portarias revogadas pela ministra da Saúde fazem o Brasil voltar à normalidade da legislação, o que não representa exatamente um avanço. "Basicamente, o que aconteceu foi a remoção de obstáculos indevidos ao aborto legal." Entre as normas extintas está a que obrigava os profissionais de saúde a denunciar à polícia um caso de estupro para poder realizar o aborto. "Essa medida causava confusão e propunha vinculação indevida da política de saúde com a política criminal, e consequentemente tinha o feito de afastar as mulheres de buscar seus direitos. Nesse sentido, o novo governo trabalha para restituir garantias jurídicas."

A antropóloga Débora Diniz, coordenadora da Pesquisa Nacional do Aborto de 2016 e uma das principais defensoras da descriminalização do procedimento, acredita que, com a chegada de Nísia Trindade na Saúde, de Cida Gonçalvez na pasta das Mulheres e Sílvio de Almeida nos Direitos Humanos, há condições de avançar nesse debate. "É um conjunto de ministros capazes de trazer à agenda do aborto sua integralidade para a proteção da vida das mulheres e das pessoas com capacidade de gestar. O aborto volta a ser uma agenda de direitos humanos."

Para Diniz, o principal avanço até o momento é o afastamento do País do fanatismo religioso imposto pela ex-ministra Damares Alves. "O governo Bolsonaro sempre foi um governo antigênero e voltado ao controle dos corpos das mulheres. Agora há o retorno da questão do aborto para uma agenda democrática. Se isso vai significar que o governo Lula terá um protagonismo ativo no campo das políticas públicas, nós não sabemos. Mas imagino que, por esses primeiros sinais, vai ser um governo que não vai criar barreiras", avalia. "Neste momento, existe a possibilidade de a pauta avançar na Suprema Corte, dentro dos marcos legais, e o novo governo não deve criar impedimentos." •

Ferida aberta

JUDICIÁRIO Passados dez anos da tragédia da boate Kiss, nenhum dos responsáveis pelo incêndio foi punido

POR RENÉ RUSCHEL

"Vou morrer", pensou o jovem Gabriel Rovadoschi Barros, de 18 anos, ao percorrer um labirinto em chamas com as narinas ardendo pela fumaça tóxica. Pelo caminho, corpos desmaiados ou já sem vida serviam de obstáculo na luta pela sobrevivência. "Não queria pisar em ninguém, mas precisava sair dali. A multidão estava desesperada. Lembro de ter visto, do lado de fora, a luz de um poste de rua e me guiei por ela. Pisei de leve sobre os corpos e segui em frente. Foi assim que consegui sair", relembra, com pesar. Barros, hoje com 28 anos, milagrosamente não sofreu nenhum arranhão ou queimadura. Tornou-se psicólogo e preside a Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria.

Era madrugada de 27 de janeiro de 2013 quando a boate Kiss ardeu em chamas. O incêndio deixou um saldo tenebroso: 242 mortos, a grande maioria na faixa dos 20 anos, e mais de 600 feridos. "Para quem não vive em Santa Maria foi apenas um fato. Para nós é uma imensa ferida que não cicatriza nunca", resume um motorista de aplicativo do município gaúcho, com 296 mil habitantes. O 27 de janeiro deste ano caiu em uma sexta-feira, mas as casas noturnas da cidade permaneceram fechadas em luto.

Após uma década, familiares e amigos se reuniram para lembrar, chorar, protestar e clamar por justiça. Trata-se de uma batalha jurídica que se arrasta pelos tribunais de Porto Alegre e Brasília. Em dezembro de 2021, quatro réus foram levados a júri popular: os sócios da boate, Elissandro Callegaro Spohr, o Kiko, e Mauro Londero Hoffmann, e os músicos da banda que fez a desastrosa apresentação pirotécnica, Marcelo de Jesus dos Santos e Luciano Bonilha Leão. Após dez dias de julgamento, Kiko foi condenado a 22 anos de prisão, Mauro, a 19 anos e os músicos, a 18 anos.

Oito meses depois, a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul decidiu anular o júri, acolhendo as reclamações apresentadas pelos advogados de defesa, sobre "falhas no procedimento formal" do julgamento. Dentre as irregularidades estaria o fato de o sorteio dos jurados ter sido feito em prazo menor do que determina o Código de Processo Penal. Além disso, o juiz que presidiu a sessão, Orlando Faccini Neto, teve contato com o Conselho de Sentença, ou seja, com os jurados.

> **As famílias queixam-se do descaso com os 242 mortos e 636 feridos**

O magistrado minimiza o episódio. Diz ter sido alertado, no segundo dia dos trabalhos, que "um dos sete integrantes do Conselho, por questões pessoais nada relacionadas ao júri, padecia de algum grau de ansiedade". Mais adiante, acrescenta o juiz, "um segundo integrante também precisou de atendimento, dado o estresse natural de tão alongado julgamento". O desembargador relator, Manuel José Martinez Lucas, desconsiderou os pedidos da defesa, mas os demais colegas da Câmara tiveram entendimen-

SÍLVIO AVILA/AFP

Pesadelo sem-fim. "A ausência de definição agrava a dor das vítimas", lamenta o juiz Orlando Faccini Neto

to divergente. Agora, os advogados das vítimas recorrem às instâncias superiores, em Brasília, para tentar reverter a sentença do TJ gaúcho.

"Meu sentimento é de desolação, pois empenhei minhas melhores energias para que o julgamento se realizasse adequadamente", afirma o juiz Orlando Faccini Neto, responsável pelo caso na primeira instância, a *CartaCapital*. Para ele, uma década é tempo mais do que suficiente para que se conclua um caso criminal. "Precisamos refletir sobre mudanças legais e operacionais que contribuam para que os processos não se eternizem. A ausência de definição agrava a dor das vítimas."

Presente na manifestação dos dez anos da tragédia, o matemático Paulo Carvalho, cujo filho estava entre as vítimas, chama esse tempo de espera por Justiça de "cronologia da vergonha". "Eles *(os desembargadores)* parecem não se importar se gananciosos empresários e funcionários públicos omissos roubaram a vida dos nossos filhos", lamenta. "De toda forma, teremos forças para lutar contra canalhas e covardes que, por ação ou omissão, perpetuam a injustiça", observando que um laudo oficial que apontava 29 irregularidades na boate foi entregue à prefeitura de Santa Maria e ao Corpo de Bombeiros, mas pouco – ou nada – foi feito.

A Polícia Civil indiciou diversos servidores municipais, inclusive o prefeito Cezar Schirmer, do MDB, oficiais do Corpo de Bombeiros e até mesmo integrantes do Ministério Público Estadual. Ao todo, foram denunciadas 28 pessoas, mas somente os sócios da boate e dois músicos foram julgados. Todos os demais acabaram beneficiados por medidas de arquivamento. "A conduta dessas autoridades deveria ter sido judicialmente investigada, para saber em que medida elas contribuíram ou não com essa tragédia", avalia a advogada Tâmara Biolo Soares, representante da associação das vítimas perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. "Mas todos os servidores acabaram impunes. O prefeito de Santa Maria renunciou ao cargo, mas para assumir a Secretaria de Segurança Pública a convite do então governador, José Ivo Sartori."

Além da impunidade, o lançamento da minissérie *Todo Dia a Mesma Noite*, produzida pela Netflix e baseada em livro homônimo da jornalista Daniela Arbex, acirrou os ânimos na cidade. Cerca de 40 famílias manifestaram-se contrárias à exibição da série ficcional, alegando não terem sido consultadas e criticando a exploração comercial da tragédia. A Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria contesta, porém, a alegação de falta de consulta prévia. Em nota divulgada no domingo 30, a organização diz que as famílias "estavam cientes da produção" e a entidade sente-se "representada pela série". •

Fôlego curto

CONTAS PÚBLICAS Excepcionalidades ocorridas no governo anterior resultaram em algum alívio, mas a fatura vai chegar

POR CARLOS DRUMMOND

Completado um mês do novo governo, os principais indicadores do mercado mostram um cenário de calmaria, mesmo depois de Lula ter questionado a autonomia do Banco Central e a sua meta de inflação excessivamente baixa, temas sensíveis para as instituições financeiras. A situação está, entretanto, longe de ser confortável. Receitas infladas dos estados, antes das desonerações eleitoreiras, no governo anterior, e reduções dos desembolsos com a pandemia, não se repetirão neste ano e vários problemas, como a forte repressão salarial do funcionalismo, desafiam a nova administração. Restará algum fôlego, contudo, a partir de uma relação dívida bruta/PIB melhor, decorrente de situações excepcionais de 2022, como aquelas apontadas acima, enquanto se aguarda o novo arcabouço fiscal e a reforma tributária. A elevação da relação dívida bruta/PIB talvez seja a principal explicação para a trégua momentânea do terrorismo fiscal.

"Os juros estão um pouco acima da véspera da posse, mas o dólar está abaixo. A Bolsa voltou para 115 mil pontos, 116 mil pontos. É uma situação mais razoável, a não ser no caso da curva de juros, que é importante. Mas essa curva não se ampliou tanto assim. Em outubro e novembro, os juros subiram bem mais", resume José Francisco Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator. É preciso lembrar, diz, que em novembro o mercado esperava alta da Selic em março deste ano, o que não deve acontecer. Na quarta-feira 1º, previa-se a manutenção, pelo Comitê de Política Monetária, da taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, em 13,75% ao ano, até 22 de março. Trata-se da segunda maior taxa do mundo, segundo o portal Trading Economics. O juro brasileiro vem logo abaixo do indicador da Argentina, em uma comparação de 18 países, mais os integrantes do bloco do euro. A baixa probabilidade de reduzi-la no curto e médio prazo é um dos desafios a serem enfrentados pelo governo.

Grande parte da dificuldade em reduzir os juros decorre, segundo vários economistas, de a ideia de independência dos Bancos Centrais ter-se transformado em uma mera apropriação dos BCs pelo setor financeiro privado, em contradição com o modelo do pós-guerra, quando as instituições públicas se preocupavam com o desempenho da economia e não apenas em mexer a taxa de juros por conta da meta de inflação. Essa apropriação é inegável e foi exposta por Lula, que desafiou quem se dispuser a provar que a independência do atual presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, é maior do que aquela de Henrique Meirelles, ocupante do cargo durante governo do petista em período anterior à decretação da independência da entidade.

> Diante do cenário, o ideal seria elevar a meta de inflação para 4% ao ano

SOL SANTOS/FEBRABAN E MARCOS OLIVEIRA/AG. SENADO

Os riscos da política de aumento das taxas de juros são claros, adverte, entre outros economistas, o Nobel Joseph Stiglitz, em artigo publicado no domingo 26 no portal Project Syndicate. Uma economia global frágil pode ser empurrada para a recessão e precipitar mais crises de dívida, pois muitos países emergentes e em de-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 38
Análise. Como equilibrar países superavitários e deficitários

Diálogo. Tebet, Haddad, Dweck e Mercadante foram à Febraban ouvir os bancos e apresentar as linhas gerais da política econômica. O reajuste dos servidores aumenta a pressão

senvolvimento altamente endividados enfrentam o triplo golpe de dólar forte, receitas de exportação mais baixas e taxas de juros mais altas. "Alguns dirão que a inflação permaneceu baixa precisamente porque os Bancos Centrais sinalizaram tal determinação em combatê-la. Meu cachorro Woofie poderia ter chegado à mesma conclusão sempre que latia para aviões sobrevoando nossa casa. Ele pode ter acreditado que os havia assustado e que não latir aumentaria o risco de o avião cair sobre ele", ironiza Stiglitz.

A insistência em combater a inflação com juros altos pode ter consequências

Economia

funestas, alertam especialistas como Lucrezia Reichlin, ex-diretora do Banco Central Europeu e professora de economia na London Business School. "O rápido aperto monetário contínuo pode trazer enormes custos econômicos. Também pode colher o redemoinho de uma reação que ameaça a independência do Banco Central".

Lula defendeu uma meta de inflação de 4%, em lugar dos objetivos de 3,25% em 2023 e 3% estabelecidos para 2024 e 2025. O patamar reivindicado pelo presidente é o mesmo dos seus dois primeiros mandatos. "Na Fazenda ainda não estamos fazendo a discussão da meta, esse tema só será pautado no Conselho Monetário Nacional no meio do ano", esclarece o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello.

O Brasil adotou o regime de metas de inflação em 1999, com objetivo inicial de 8%, diminuído até 3,25% em 2003. Entre 2001 e 2003, a inflação permaneceu acima do teto e optou-se por definir uma mais realista, de 4,5%, que vigorou entre 2005 e 2018, quando o IPCA subiu 5,6% ao ano. A partir de 2019, as metas encolheram e chegaram a 3% para 2024 e 2025. Nem os protestos de ex-diretores do BC, como Sérgio Werlang, de que a decisão de reduzir a meta brasileira foi equivocada diante de um quadro de fragilidade fiscal, são suficientes para convencer o Banco Central.

Vários economistas criticam o divórcio entre políticas do BC e a realidade. "Nunca é demais lembrar que uma parcela relevante da melhora do resultado primário observada nos últimos dois anos se deveu ao fato de que a economia se aproximou do pleno emprego em 2022, depois de quase sete anos a operar muito aquém disso", sublinham os economistas Bráulio Borges e Ricardo Barboza em artigo do FGV/Ibre, que propõe o retorno da meta de inflação para perto de 4% em 2024.

Em relação à definição do horizonte da meta, isto é, o período em que o BC deve alcançá-la, a maioria dos países utiliza um prazo médio, de dois anos ou mais, ou um período móvel, que permite diferenças de curto prazo entre a meta e os choques que afetam a economia, pois choques não previsíveis têm efeitos defasados. O Brasil é, contudo, um dos poucos países que utilizam a meta anual, segundo o ano-calendário, como horizonte, destaca o economista Luiz Fernando de Paula, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Além da expectativa em torno do arcabouço fiscal novo, o que o mercado leva em conta é a relação dívida-PIB, portanto é melhor começar com uma taxa mais baixa, do que mais alta. "Isso é benigno. A relação está mais baixa do que um ano atrás", sublinha Gonçalves, e há, portanto, "muito espaço para piorar." Os números mostram alta modesta, de 3,7%, na Dívida Bruta do Governo Geral, e uma queda na sua relação com o PIB, de 80,3% em dezembro de 2021 para 73,5% em dezembro do ano passado. É preciso considerar, no entanto, que a alta dos juros pagos e a perspectiva de manutenção da Selic "por muito tempo" em 13,75% aumentarão o peso do déficit nominal.

Em contraposição ao fator benigno

Cravo e ferradura. O fim dos gastos emergenciais com a pandemia alivia o caixa. O BC irá insistir na alta da taxa básica de juros?

BETO NOCITI/BCB E SÍLVIO AVILA/HCPA

apontado acima, há fortes indicações de que o nível de atividade e a arrecadação não vão avançar no ritmo do ano passado. O crescimento do PIB deverá diminuir de 3% para 1%, segundo a maior parte dos executivos financeiros, portanto toda a arrecadação que depende do crescimento da economia vai sofrer. Não haverá a alta da arrecadação de 2022, ressalta Gonçalves.

A maior parte da arrecadação, em especial nos últimos dois anos, decorreu do preço das *commodities*, com efeito nos dividendos estratosféricos da Petrobras, no pagamento de direitos de exploração de recursos naturais, com destaque para extração mineral, principalmente ferro, petróleo, gás, e no pagamento por direitos de concessões de uso de ativos públicos, isto é, setor elétrico e leilões. Essa arrecadação tem a ver, portanto, com o preço do petróleo, a taxa de câmbio e o ambiente global. "Não consigo imaginar que teremos os preços das *commodities* no alto de novo", diz o economista.

A tendência de valorização do real limita o crescimento das receitas, nesse setor, ao aumento do volume de produção. Uma possibilidade é a Petrobras ampliar a produção de gás, mas o resultado ficará distante daquele dos últimos dois anos. O mercado de trabalho, apesar dos dados positivos recentes, está menos aquecido e, portanto, toda arrecadação pública relacionada a esse setor, com destaque para a contribuição previdenciária, não vai crescer. Enquanto do lado da arrecadação não se repetirá a situação de 2022, no item despesa, congelou-se a remuneração dos funcionários públicos. "Após seis anos de congelamento de salário de servidor, vai ter reajuste. A folha cresceu 2% a 3%, frente a uma inflação de 6% e isso não vai ficar assim".

Receitas extraordinárias não irão se repetir. O mercado de trabalho mostra desaquecimento

Ainda neste quesito, o destaque é o fim da pandemia, que possibilitou uma economia de 60 bilhões de reais em desembolsos relacionados às ondas da Covid-19. "É um dinheiro que deixou de ser gasto porque não tem mais pandemia, pelo menos daquele jeito. Então não se economizou."

A fragilidade, destaca Gonçalves, é que se obteve um resultado de superávit do governo central e do conjunto do setor público, neste caso com o ICMS dos estados, que se encheram de dinheiro de arrecadação nos oito primeiros meses do ano, mas, com a desoneração, não voltarão a ter esse desempenho da arrecadação. É uma trajetória muito complicada. "Esse resultado do ano passado não quer dizer nada. Ele não é um sinal. Ah, agora virou superávit. Não é isso, é algo absolutamente ligado a essa conjuntura do ano passado. Isso não existe mais", dispara o economista.

Em visitas à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e à Federação Brasileira dos Bancos, o ministro Fernando Haddad declarou-se comprometido com uma reindustrialização em bases sustentáveis e com a ampliação do crédito. Ouviu do presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, elogios à decisão do governo de buscar de imediato uma retomada do crédito à exportação à Argentina, principal destino de industrializados, com a possibilidade de que qualquer banco, público ou privado, possa financiar a exportação de produtos brasileiros. A inovação em comparação com sistemáticas anteriores é que, caso ocorra uma maxidesvalorização do peso ou um *default*, o Brasil exigirá da Argentina um colateral, isto é, uma garantia real negociável no mercado internacional a ser dada ao credor até que a dívida seja paga. •

A contradança das moedas

TRANSAÇÕES Um esquema para equilibrar países superavitários e deficitários

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO

Dois sabichões de Crematística, Paul Krugman e Olivier Blanchard, dispararam seus arcabuzes contra o projeto de um novo regime para regular as transações comerciais entre os países latino-americanos. O projeto foi apenas anunciado no encontro entre os presidentes do Brasil e da Argentina, Lula e Alberto Fernández. Apenas anunciado, mas alvejado pelo tiroteio dos dois reverenciados economistas. Krugman bateu firme: "Uma ideia terrível".

Um pouco de história. Na derradeira versão de sua proposta apresentada em 1943, antes dos debates em Bretton Woods, Keynes traçou o perfil do *Bancor*. Ele dizia que as turbulências monetárias dos anos 20 recomendavam a adoção de uma moeda internacional que não seja determinada de forma imprevisível ou arbitrária, como, por exemplo, pela oferta de ouro, nem esteja sujeita a grandes flutuações, devido às políticas dos países individuais; mas, sim, regulada pelas necessidades reais do comércio mundial, ou seja, suscetível de expansão ou contração, para compensar tendências deflacionárias ou inflacionárias na demanda global efetiva.

"Precisamos de um sistema com um mecanismo interno de estabilização, em que se exerça pressão sobre qualquer país que tenha uma balança de pagamentos com o resto do mundo fora do equilíbrio, superavitária ou deficitária, de modo a se evitarem movimentos que conduzam inevitavelmente a um desequilíbrio igual e oposto para os vizinhos."

Keynes sugere obrigações simétricas para credores e devedores. Assim, o novo sistema deve definir regras que afetem os países credores, mantendo ao mesmo tempo uma disciplina suficiente nos países devedores, "para impedi-los de explorar a nova facilidade que lhes é concedida".

As propostas do *Bancor* e da *Clearing Union* são, na verdade, aperfeiçoamentos da ideia, aventada no *Treatise on Money*, de um banco supranacional. Esta instituição – um banco central dos bancos centrais — seria encarregada de executar uma gestão "consciente" das necessidades de liquidez do comércio internacional e dos problemas de ajustamento entre países credores e devedores: "O ponto principal é que não deve ser permitido ao credor permanecer passivo. Pois, se ele se comportar assim, uma tarefa impossível é lançada contra o devedor, que naturalmente está na posição mais débil" (*id.*).

Com esse parágrafo Keynes quis ressaltar o caráter negativo dos ajustamentos de balanço de pagamentos, num sistema internacional em que problemas de liquidez ou de solvência dos países deficitários e de menor "poderio financeiro" têm de ser resolvidos mediante a busca da "confiança" dos mercados de capitais. Em setembro de 1941, Keynes reafirma que "é próprio de um padrão monetário de livre conversibilidade atirar o ônus do

Quando a economia da Coreia desabou, em 1997, os "fundamentos" eram sólidos

RICARDO STUCKERT/PR E CHOO YOUN-KONG/AFP

Lula e Alberto Fernandez durante anúncio de uma moeda comum com garantias reais para trocas comerciais na América Latina

Economia

A crise financeira reforça a supremacia do dólar e amplia o poder de *seignorage* da moeda americana pelo FED

ajustamento sobre as posições devedoras em seu balanço de pagamentos – ou seja, sobre os países mais fracos e, acima de tudo, menores, se comparados com a escala do resto do mundo".

Entre 2003 e 2007, no auge da Grande Moderação – momento em que prevaleceram a baixa inflação, a liquidez abundante e a avidez pelo risco –, as moedas periféricas viveram a ilusão de frequentar os salões da conversibilidade. A crise financeira nascida nas mansões dos pródigos abastados barrou a entrada dos intrusos e mostrou que os saraus das moedas conversíveis não admitem penetras.

Ao realçar a importância do poderio financeiro para determinar a maior ou menor liberdade de execução das políticas monetárias, Keynes (1971) estava apontando para a hierarquia entre as moedas nacionais. Pretendia sublinhar a capacidade inferior das economias devedoras e "dependentes" de atrair recursos "livres" para a aquisição de ativos e bens denominados na moeda nacional. Desta diferença de poder financeiro nascem importantes assimetrias nos processos de ajustamento de balanço de pagamentos entre países credores e devedores

As moedas dos países emergentes, temporariamente cobiçadas, padeceram as dores das desvalorizações agudas. O fortalecimento do dólar – a moeda particular com funções universais – trata com igual desdém os justos e os pecadores. Desde o won coreano, passando pelo real brasileiro até a rupia da Indonésia e o rublo da Rússia, as moedas mais débeis sucumbem ao vendaval de ordens de venda emitidas pelos possuidores de riqueza na busca dos aconchegos da liquidez proporcionados pela moeda-reserva. Não por acaso, o jargão dos mercados trata essas debandadas de "fuga para a qualidade".

Os investidores formam posições baixistas nos elos fracos dos mercados globalizados, independentemente dos sempre invocados "fundamentos fiscais" que supostamente sustentavam o garboso desempenho das frágeis moedas apreciadas. Isso é agravado pelos *hedge funds* que operam nos países que dispõem de mercados futuros de câmbio. Supostamente incumbidos de oferecer proteção aos "comprados" na moeda inconversível, esses fundos acentuam a liquidação das posições e aceleram a saída da grana.

Ao invocar os "fundamentos fiscais" para explicar as turbulências cambiais nos países de moeda não conversível, os economistas do *mainstream* praticam o vício do reducionismo. Esse reducionismo tecnicista busca expulsar as relações de poder embutidas na soberania monetária americana. Acossados pela valorização do dólar depois do choque de juros disparado por Paul Volcker em 1979,

no Acordo do Louvre, em 1987, os Estados Unidos impuseram ao Japão a valorização do yen, a *endaka*. Sob pressão de Tio Sam, o país entrou na farra da desregulamentação financeira. Saboreou inicialmente as delícias de uma bolha imobiliária e de outra no mercado de ações. A curtição durou pouco. Em 1989, os preços dos imóveis e das ações despencaram e deixaram os bancos japoneses encalacrados em créditos irrecuperáveis. O Bank of Japan cortou os juros a zero. Não adiantou. Os japoneses curtiram dez anos de estagnação. Diga-se que o yen japonês é aceito no rol das moedas (moderadamente) conversíveis.

Às vésperas da crise asiática de 1997-1998, a Coreia do Sul dispunha de condições fiscais impecáveis: superávit nominal de 2,5% e dívida pública inferior a 15% do PIB. A missão do FMI, encarregada de analisar a situação da economia sul-coreana, teceu loas aos sólidos "fundamentos fiscais".

A mudança brusca de expectativas torna as políticas monetárias nacionais reféns da necessidade de evitar as fugas de capitais e de conter o avanço das desvalorizações. Essas medidas defensivas se restringem quase sempre à elevação das taxas de juro para proteger a moeda

As benevolências dos mercados terminam em desvalorizações abruptas e elevação dos juros

local, aliadas a intervenções pouco efetivas nos mercados de câmbio. No espocar da crise, Blanchard curvou-se às realidades das moedas não conversíveis e reconheceu: "Antes da crise de 2008, muitas economias emergentes adotaram o regime de metas de inflação. Isso era visto como o estado da arte no que respeita à política monetária... Esses países (no que se refere ao câmbio) se incluíam entre os 'flutuantes'". Argumentavam, continua Blanchard, "que os cuidados com a taxa de câmbio deveriam ser considerados apenas por seus efeitos na inflação. Não deram qualquer importância à taxa de câmbio como objetivo de política econômica. Mas os países (*emergentes*) têm razões para cuidar das taxas de câmbio. É importante dispor de instrumentos para afetar o nível e a volatilidade da taxa".

TORU YAMANAKA/AFP E ISTOCKPHOTO

Os EUA impuseram ao Japão a valorização do yen, bolhas e estagnação

No admirável mundo novo, de ajustamentos rápidos e de alta volatilidade nos preços dos ativos, países dotados de moedas frágeis, com desprezível participação nas transações internacionais, encontram-se diante do risco de uma procissão de desgraças. As desditas começam com as bondades dos mercados: valorização indesejada da moeda local, esterilização dos efeitos monetários da expansão das reservas com taxas de juro elevadas (impactos na dívida pública), déficits insustentáveis em conta corrente. As benevolências dos mercados terminam nas desvalorizações abruptas, elevação das taxas de juro.

As crises acentuam o caráter assimétrico dos ajustamentos dos balanços de pagamentos entre países de moeda forte e de moeda fraca. Ao contrário do que sustentam alguns analistas, os citados realinhamentos das taxas de câmbio não contribuem para reverter os desequilíbrios globais: o déficit americano não se reduz, ou se contrai muito lentamente, diante da valorização do dólar. Em compensação, a fuga para os ativos e as moedas de maior risco em direção aos títulos de qualidade permite a queda dos rendimentos, abrindo espaço para o endividamento público e, portanto, para políticas anticíclicas mais agressivas.

Os EUA, devido à capacidade de atrair capitais para seus mercados, podem se dar ao luxo de reduzir a taxa de juros sem afetar o curso do dólar. A crise financeira reforça a supremacia do dólar e amplia o poder de *seignorage* da moeda americana. Em contrapartida, a pressão externa sobre as economias emergentes torna mais difícil a execução de políticas fiscais e monetárias anticíclicas. Em um ambiente recessivo, a elevação dos juros para defender a moeda deprime ainda mais a capitalização dos ativos financeiros, afeta o serviço da dívida pública e atinge a saúde financeira das empresas machucadas pelo faturamento minguante.

Consequências terríveis! •

Malandro ou mané?

EUA Primeiro deputado de origem brasileira no Congresso, George Santos dá dor de cabeça aos republicanos

POR CLARISSA CARVALHAES, DE NOVA YORK

Perseguido por repórteres nos corredores do Congresso dos Estados Unidos, nas ruas da capital, Washington, ou a cada vez que entra e sai do elevador, George Santos não tem paz. Deputado eleito pelo estado de Nova York pelo Partido Republicano em dezembro do ano passado, o primeiro brasileiro a conquistar um assento no Parlamento norte-americano tem sido conjurado pelos democratas e rejeitado até mesmo por seus pares.

George Anthony Devolder Santos mentiu sobre sua origem, sua caridade animal, sua educação e suas finanças. Como tem o hábito de se apresentar ora como George Santos, ora como Anthony Devolder e, num passado não muito distante, como Kitara Ravache, há quem duvide até que o nome do congressista seja verdadeiro. Alinhado à agenda da extrema-direita, adota com fervor as mesmas táticas aplicadas pela ala trumpista do partido – pró-armas, declara-se judeu, mas católico praticante perseguido pela comunidade LGBTQ nova-iorquina.

Logo que as primeiras mentiras foram reveladas pelo *The New York Times* na semana seguinte da vitória confirmada, o porta-voz do Comitê de Campanha do Congresso Democrata, Nebeyatt Betre, afirmou, em comunicado oficial, que Santos era "um mentiroso em série" e que "seu engano consistente e as mentiras descaradas nos mostram exatamente o tipo de fracasso que ele será no Congresso". Mas a notícia de que um processo por suspeita de crime de estelionato cometido em 2008 seria reaberto a pedido do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro deixou claro que o buraco era bem mais embaixo. O brasileiro virou um problemão para os republicanos.

Não se tratava mais de um parlamentar que fantasiou o currículo para alavancar a candidatura, mas de uma vida criminosa repleta de trapaças e que agora esbarram nas contas da sua campanha eleitoral. Enquanto mais de dez dos principais doadores de Santos não tiveram as identidades confirmadas, o jornal *The Times* conseguiu identificar que a campanha do republicano gastou milhares de dólares em aluguéis e uma série inacreditável de pagamentos de exatos 199,99 dólares, precisamente um centavo abaixo do limite em que as regras da Comissão Eleitoral Federal, a FEC, exigem que os candidatos forneçam recibos.

> **Mentiroso compulsivo, investigado por estelionato e fraude eleitoral, o parlamentar está na corda bamba**

Em 9 de janeiro, Santos foi denunciado pela Central de Campanhas Jurídicas sob acusação de usar fundos de campanha eleitoral para despesas pessoais e de conduzir um esquema de doações para ocultar a origem de 705 mil dólares. Ele é investigado por agências locais, estaduais e federais de aplicação da lei. Na quinta-feira 26, a FEC enviou uma carta à campanha do parlamentar afirmando que podem existir falhas "em incluir as informações verdadeiras, corretas ou completas do tesoureiro". O texto diz ainda que a campanha está sob risco de enfrentar acusações criminais, se for descoberta intencionalidade de qualquer "declaração ou representação materialmente falsa, fictícia ou fraudulenta".

O deputado, mais que depressa, disse a repórteres em Washington que não tem nada a ver com os registros de financiamento da própria campanha. "Eu não toco em nenhuma das minhas coisas da FEC, então não seja hipócrita. Toda campanha contrata fiduciários." A situação do parlamentar ficou, no entanto, ainda mais delicada quando se tornou público, na terça-feira 31, que o braço direito do congressis-

pág. 44
Covid. A China troca o confinamento rigoroso pela imunidade de rebanho

Ninguém sabe quem ao certo ele é

IKE HAYMAN/U.S. HOUSE OFFICE

ta, sua tesoureira Nancy Marks, havia renunciado ao posto dias antes e deixado o ex-chefe a nadar com os tubarões. Muito do que foi supervisionado por ela está no centro de várias reclamações apresentadas à FEC e até o fechamento desta edição nenhum substituto havia sido contratado.

Após as lambanças expostas, em especial a financeira, a pressão por um posicionamento enérgico do presidente da Câmara, Kevin McCarthy, tem sido cada vez maior. Em entrevista coletiva, o presidente do Partido Republicano no Condado de Nassau, Joseph Cairo, foi categórico: "George Santos não é bem-vindo na sede republicana". "Suas mentiras não eram meras mentiras. Ele desgraçou a Câmara dos Deputados." Ainda assim, o brasileiro garante que não deixará o cargo, mas decidiu, na terça-feira 31, afastar-se temporariamente dos dois modestos comitês para os quais havia sido designado: o de Pequenas Empresas e o de Ciência, Espaço e Tecnologia.

Em coletiva à imprensa, McCarthy disse acreditar no Estado de Direito e que uma pessoa é inocente até que se prove o contrário. "Ele tem a responsabilidade de trabalhar e ter sua voz aqui, mas a qualquer momento, se chegar ao nível legal, nós cuidaremos disso. Se, de alguma forma, quando passarmos pela ética, ele infringir a lei, então o removeremos", garantiu. Anteriormente, McCarthy disse que "sempre teve algumas dúvidas sobre" a veracidade do currículo de Santos, mas o comparou ao presidente da República. "E se eu fosse manter o padrão se alguém mentisse, Joe Biden não poderia ser presidente agora. Ele nos disse que tinha três diplomas, ele se formou em primeiro lugar em sua classe, várias vezes antes. Portanto, não vamos ser sensacionalistas."

Por trás da condescendência de McCarthy está a custosa vitória para conseguir o comando da Casa. O republicano só conquistou o posto após 15 rodadas, no que se tornou a disputa mais longa no Congresso norte-americano em 164 anos. Após concessões ainda nebulosas feitas à ala mais radical do partido para conquistar os votos que faltavam, ele conseguiu garantir apenas uma maioria de cinco cadeiras na Câmara, entre elas a de Santos.

A saída do brasileiro poderia, portanto, colocar o presidente da Câmara em apuros. Ao contrário do que acontece no Brasil, se Santos perder o mandato, seja por renúncia ou *impeachment*, não há suplente. Neste caso, caberia à governadora de Nova York, a democrata Kathy Hochul, realizar uma eleição especial para seu substituto. Como o terceiro distrito congressional, o mesmo que elegeu Santos, é competitivo, uma vitória republicana não é nada garantida. "Sabe por que estou ao lado dele? Porque seus eleitores votaram nele. Vou mantê-lo no mesmo padrão que considero qualquer outro eleito para o Congresso", assegurou McCarthy. E é neste cenário que Santos se encontra. Na corda bamba. •

Porteira escancarada

TheObserver A China muda de estratégia, abandona a política de Covid Zero e aposta na imunidade de rebanho

POR HELEN DAVIDSON, DE TAIPEI, VERNA YU E CHI HUI LIN

Quando Sunny* pensa em março do ano passado, ela ri com tristeza da provação. A estudante de Xangai de 19 anos passou aquele mês trancada em seu dormitório, sem poder comprar coisas essenciais ou lavar roupas, proibida até de tomar banho durante duas semanas por medo da Covid. Em abril, a cidade inteira foi bloqueada. Foi o início do caos de 2022, quando as autoridades chinesas locais tentaram desesperadamente seguir o decreto de Covid Zero do presidente Xi Jinping, enquanto enfrentavam a cepa mais transmissível do vírus até então, a Ômicron. "Todo mundo entrou em pânico, ninguém estava preparado", diz ao *Observer*.

No fim do ano, a Covid Zero havia acabado. Sunny diz ter se sentido instantaneamente "aliviada" com o fim dos bloqueios, mas seus sentimentos logo se transformaram em raiva, quando ficou claro que o governo da China havia aberto o país sem estar pronto. "Achei que foi tudo em vão."

Nos últimos dois meses, o vírus espalhou-se rapidamente pelo país. Até 10 mil casos críticos foram registrados em hospitais todos os dias. Os necrotérios ficaram sobrecarregados, as farmácias relataram escassez de medicamentos básicos e o fornecimento de medicamentos antivirais foi interrompido por longas negociações com fornecedores estrangeiros. O avô de Sunny estava entre os que morreram naquela onda. "Era de manhã, minha mãe entrou no meu quarto e disse: 'Seu avô está no pronto-socorro'", lembra. "Algumas horas depois, ele morreu. Minha avó estava chorando, dizendo que ele a havia deixado para trás."

A extraordinária reviravolta de Jinping deixou os analistas alarmados e confusos. A China não foi o único país a escolher uma estratégia de Covid Zero, e certamente não o único a "deixá-la morrer" depois de abandoná-la. Mas foi o último, e especialistas globais em saúde dizem que havia muitas lições que ele poderia ter ouvido, principalmente garantir que os níveis de vacinas e de recursos de saúde estivessem elevados antes do tsunami de casos. "Todos os governos tiveram de decidir abrir em algum momento ou arriscar que as consequências dos bloqueios superassem em muito os problemas da Covid", diz a professora Emma McBryde, epidemiologista da Universidade James Cook, em Townsville, na Austrália. "A maioria dos modelos sugere que seria melhor para o sistema de saúde abrir lentamente. Embora houvesse pouca diferença no número de infectados, poderia significar que algumas vidas seriam salvas se o sistema de saúde funcionasse bem."

> O número de infectados e mortos disparou após o fim da rígida quarentena

Jinping abriu, no entanto, os portões. Até o dia da revogação, os governos locais ainda desenvolviam e aplicavam medidas e infraestrutura da Covid Zero. A cidade de Chongqing construía um centro

Esforço desperdiçado. Depois de impor longa e drástica quarentena, Jinping deu um cavalo de pau e abriu tudo. Os chineses continuam frustrados

PRESIDÊNCIA DE RUANDA E NOEL CELIS/AFP

de quarentena com 21 mil leitos. Especialistas em saúde e política chinesa disseram ao *Observer* que acreditam que as autoridades locais foram constrangidas. Qualquer preparação para acabar com a Covid Zero seria vista como voto de desconfiança tanto na política quanto no líder, ato de suicídio político.

Assim, quando os casos se espalharam, não havia médicos, enfermeiras, leitos de terapia intensiva, remédios para febre ou antivirais suficientes, e as taxas e as opções de vacinação eram inadequadas. De acordo com dados do governo chinês, as primeiras 55 mil mortes registradas nessa onda ocorreram em uma faixa média de 80 anos. Na China, os idosos vulneráveis também são os mais propensos a não ser vacinados. "Sinto que não há estratégia nessa área crítica", diz o professor William Hurst, vice-diretor do Centro de Geopolítica da Universidade de Cambridge (Reino Unido), sobre a vacinação na China. "Estou surpreso com a rapidez com que eles estão se movendo, mas ainda mais com a aparente falta de atenção às medidas básicas com as vacinas."

O escritor chinês Murong Xuecun, que entrevistou residentes de Wuhan no primeiro bloqueio em 2020, diz que a abrupta reviravolta da China "foi uma decisão precipitada de um homem só", tomada sem consulta. "Em 24 horas, vimos uma virada total. Não temos ideia do que aconteceu nessas 24 horas, o que mudou a opinião de Xi Jinping, por que houve uma mudança de 180 graus de um extremo ao outro."

Há muito debate sobre o impacto dos protestos de novembro contra a Covid Zero em sua decisão. Alguns especialistas dizem que, provavelmente, havia tantos casos, os números ocultos, que Jinping percebeu que a política tinha de acabar. Outras teorias apresentam considerações financeiras, pois a economia da China foi atingida pela Covid Zero. Chen Daoyin, ex-professor associado de ciência política da Universidade de Ciência Política e Direito de Xangai, disse que Xi Jinping provavelmente agiu quando sentiu que a situação econômica não era mais sustentável. "Quando o líder age por capricho, não há previsibilidade nem certeza."

Uma suspeita frequentemente compartilhada é a de que Jinping quis acelerar a recuperação econômica construindo rapidamente a imunidade de rebanho com uma onda maciça. Essa teoria foi reforçada pelas autoridades de saúde chinesas, que afirmaram que 80% da população havia sido infectada e, portanto, a possibilidade de uma segunda onda era "muito pequena". Alguns especialistas em saúde alertaram contra essa suposição. "A imunidade de rebanho parecia ocorrer para a cepa original e para a Delta, mas parece ser muito menos aplicável à Ômicron", disse McBryde.

As estimativas de mortes por Covid na China variam da contagem oficial de cerca de 75 mil a mais de 1 milhão. A imagem é obscurecida pela falta de transparência, definições rígidas na atribuição de uma morte relacionada à Covid e falhas na coleta de dados. Frequentemente, quando há mortes em massa, as famílias lutam para que seus parentes não sejam reduzidos a uma estatística. Na China, poucos receberam essa cortesia.

Em todo o país, centenas de milhares de famílias estão de luto. Muitos agora questionam sua fé no governo. O episódio aparentemente não afetou o poder de Jinping, mas prejudicou sua reputação. Um homem de 32 anos em Guangzhou diz que foi patriota, mas agora está desiludido. "Talvez eu devesse agradecer à Covid por me fazer ver claramente todo o sistema político e econômico." •

**Alguns nomes de pessoas na reportagem foram alterados, por pedido de anonimato.*

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Espiral de ódio

TheObserver O extremismo ganha espaço em Israel e na Palestina e a paz nunca esteve tão distante

POR BETHAN MCKERNAN, EM JERUSALÉM

Nas noites de sexta-feira, o silêncio desce sobre a cidade sagrada de Jerusalém. Muitas famílias muçulmanas estão em casa, reunidas após as orações da tarde. As empresas de propriedade de judeus fecham pouco antes do pôr do sol. Ônibus e bondes param de circular e velas nas mesas de jantar anunciam o início do Shabat.

O que começou como uma noite de sexta-feira normal e pacífica terminou em tragédia para a família Mizrahi, que vive no assentamento ocupado de Neve Yaakov, em Jerusalém Leste. Por volta das 8 da noite, um atirador palestino solitário abriu fogo contra moradores diante de uma sinagoga. Matou sete e feriu três.

Eli e Natali Mizrahi, um casal recém-casado na casa dos 40 anos, jantavam com a família quando ouviram tiros e gritos na rua. Eles correram para fora e pagaram com suas vidas. "Estávamos no meio da refeição, ouvimos vários tiros e meu filho deu um pulo", disse a repórteres o pai de Eli, Shimon Israel. "Parece que ele estava falando com o terrorista, que sacou uma arma. (*Eli*) e sua esposa foram assassinados", acrescentou. "(*O terrorista*) estava parado ao lado de um carro e atirou neles, depois entrou no carro e fugiu."

Neve Yaakov foi o pior ataque terrorista palestino contra israelenses em 15 anos, e deixou o país cambaleando. O tiroteio ocorreu um dia depois que nove palestinos foram mortos num grande ataque israelense ao campo de refugiados de Jenin, na Cisjordânia, o maior número de mortos em uma única operação do exército em mais de duas décadas. Na sequência, a Autoridade Palestina, que governa partes da Cisjordânia, anunciou que suspenderia a cooperação de segurança com Israel.

Os acontecimentos em Jenin parecem ter desencadeado uma reação em cadeia de violência, deixando Israel e os territórios palestinos ocupados à beira do que pode ser uma nova rodada devastadora de derramamento de sangue. Outros dois palestinos foram baleados e mortos por soldados em confrontos desencadeados pelo ataque da última quinta-feira 26, e no início da sexta houve uma troca limitada de foguetes entre a Faixa de Gaza, controlada pelos islâmicos, e Israel.

Na noite de sexta-feira 27, depois da divulgação do tiroteio na sinagoga, a autoridade de saúde palestina disse que três indivíduos foram hospitalizados após serem baleados por um colono israelense perto da cidade de Nablus, na Cisjordânia. E na manhã de sábado um menino de 13 anos de Jerusalém Leste feriu a tiros um pai e um filho judeus perto das muralhas da Cidade Velha.

Preso a uma aliança de ultradireita, Netanyahu estimula a escalada de violência

Três dias de carnificina crescente não surgiram do nada. As tensões aumentaram desde a primavera passada, quando uma onda de ataques palestinos com facas e armas levou as Forças de Defesa de Israel a lançar a Operação Breakwater – uma de suas maiores campanhas fora de tempo de guerra.

A Breakwater, que visa principalmente as facções palestinas em Jenin e Nablus, contribuiu para o maior número de mortos em Israel e na Cisjordânia desde o fim da segunda intifada, em 2005, com cerca de 150 palestinos e 30 israelenses mortos em 2022. Outros 32 palestinos, combatentes e civis, foram mortos até agora neste ano.

Ao mesmo tempo, a Autoridade Palestina tem perdido legitimidade e controle: para muitos jovens palestinos, que cresceram com líderes pouco interessados em mudar a situação, ela é vista como pouco mais que uma segurança terceirizada da ocupação. Uma nova geração de milícias armadas frouxamente afiliadas ao Fatah e ao Hamas, as facções palestinas tradicionais, é cada vez mais popular, alimentada por armas contrabandeadas da Jordânia e roubadas de bases das IDF.

Do outro lado da Linha Verde, a eleição do governo mais de direita da história de Israel também fortaleceu a perspectiva de um retorno às lutas intensas. Acredita-se que o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu seja refém das exigências de seus parceiros extremistas em troca de apoio para anular seu julgamento por corrupção.

Enquanto os funerais dos mortos de Neve Yaakov aconteciam, na noite de sábado 28, após o fim do Shabat,

Netanyahu convocou seu gabinete de segurança para discutir as respostas à violência. Ataques de limitação e de retaliação são temidos por ambos os lados. A polícia e o exército de Israel estão no nível mais alto de alerta e cinco batalhões extras foram enviados para Jerusalém e a Cisjordânia. Na noite de sexta, Netanyahu exortou a população a não tentar resolver o problema por conta própria. Mas seu ministro da Segurança Nacional, Itamar Ben-Gvir, de extrema-direita, emitiu outra mensagem e afirmou aos civis no local do tiroteio que "o governo deve agir" e que ele trabalhará para afrouxar as leis de controle de armas.

ISRAEL DEFENSE FORCES

É impossível prever o que acontecerá a seguir, mas em uma pesquisa conjunta palestino-israelense divulgada recentemente, 61% dos palestinos e 65% dos judeus israelenses disseram achar que uma terceira intifada está próxima. A pesquisa, realizada em dezembro, constatou que o apoio ao processo de paz é o mais baixo de todos os tempos, o apoio palestino à luta armada está em alta e um número crescente de israelenses agora acredita que seu país deveria entrar em guerra para destruir as capacidades militares dos palestinos.

Todas essas tendências têm se acelerado, disse a doutora Dahlia Scheindlin, coautora da pesquisa, em uma coletiva de imprensa em Jerusalém. "A última vez que houve maioria em ambos os lados a favor da solução de dois Estados foi em junho de 2017", explicou. "O apoio a um regime não democrático ultrapassou pela primeira vez a solução de dois Estados... A paz na região está mais distante do que nunca." •

Tensão. O exército israelense reforça a patrulha em Jerusalém. De um lado e de outro, muitos temem nova intifada

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Uma vida cena a cena

TEATRO A reunião, em livro, do vasto acervo do cenógrafo e diretor Gianni Ratto revela a riqueza de seu percurso artístico

POR ANA PAULA SOUSA

É, sobretudo, por meio de croquis, desenhos, esboços e manuscritos que o livro *O Teatro de Gianni Ratto: Mago dos Prodígios* (Edições Sesc São Paulo, 400 págs., 126 reais) percorre as seis décadas da trajetória do cenógrafo e diretor, cuja vida se deu metade na Itália, metade no Brasil.

O livro, organizado por Antonia Ratto e Elisa Byington, deriva da exposição *Gianni Ratto – 100 Anos*, exibida em 2017 no Sesc Consolação, em São Paulo, e, além de conter tudo o que lá foi exposto, traz novas imagens e um conjunto de textos inéditos.

Ratto nasceu em Milão, em 1916. Se a tenra infância foi passada durante a Primeira Guerra Mundial, os anos formativos foram marcados pelos impactos da Segunda Guerra, que o jogaram numa militarização forçada. Quando, no meio do conflito, seu batalhão foi transferido para a Grécia, ele desertou do exército de Mussolini e lá ficou por algum tempo.

No texto introdutório do livro, Antonia Ratto, sua filha, conta que foi apenas ao fim da Guerra que o pai pôde voltar para Milão. Na cidade ainda marcada pelos bombardeios, passou a dar vazão à formação artística que remontava à infância – sob condução da mãe, pianista – e que, antes da eclosão da Guerra, já tinha começado a ser colocada em prática.

Sua ânsia por realizações era tão grande que, em nove anos, assinou a cenografia de nada menos que 120 espetáculos. No Scala de Milão, por exemplo, fez os cenários das óperas dirigidas por Giorgio Strehler (1921-1997). Também o Piccolo Teatro de Milão e a Opera di Roma tiveram seus palcos ocupados pelos cenários que desenhava magistralmente.

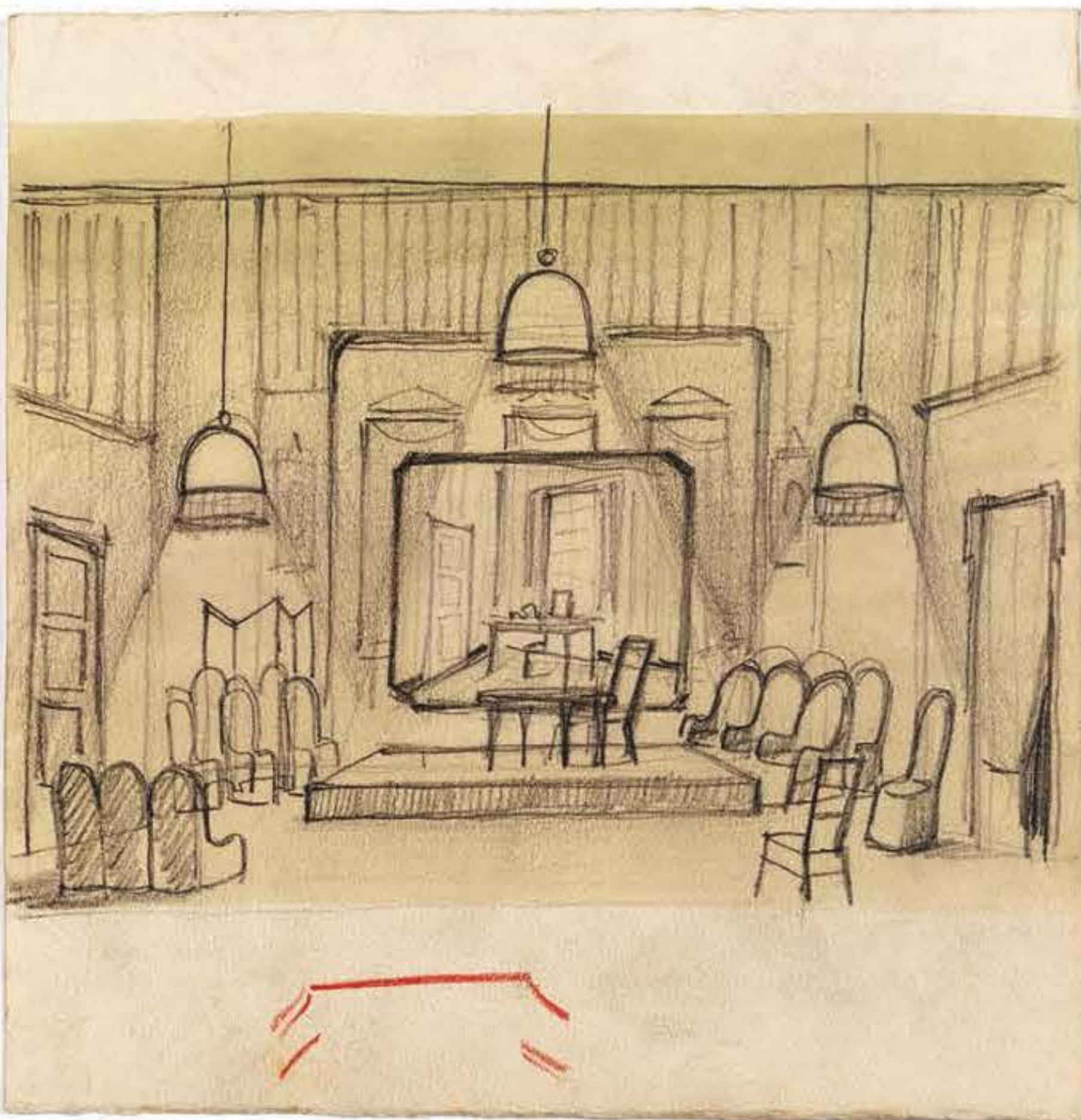
O salto rumo à direção se daria em 1954, a partir um convite que tanto o surpreendeu quanto o atraiu: aquele feito por Maria Della Costa e Sandro Polônio, para que se mudasse para o Brasil. Ratto não tinha ainda 40 anos e, de acordo com Elisa Byington, embora fosse naquele momento o mais disputado cenógrafo italiano, acalen-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 52
Literatura. *Filho de Jesus* possibilita a redescoberta de Denis Johnson

Memória. *O Teatro de Gianni Ratto: Mago dos Prodígios* atravessa, por meio de imagens e textos, seis décadas da carreira construída primeiro na Itália e depois no Brasil

OLGA VLAHOU, PICCOLO TEATRO DE MILÃO E FLORENCE HOMOLKA

Concepção. Os esboços e croquis feitos a lápis e aquarela mostram o processo de elaboração de tribunais, salas palacianas, quartos minúsculos, becos e jardins

tava o desejo de ter sob sua responsabilidade um espetáculo inteiro.

"Aprisionado pela fama de cenógrafo na Itália, Ratto viu no convite a oportunidade de abraçar o espetáculo como um todo", escreve Elisa, no livro. "A primeira década de Gianni Ratto no Brasil é marcada pelo encontro mágico entre o cenógrafo que queria dirigir e os atores que desejavam alguém com sua experiência e visão universal do teatro."

Aqui, estreou como diretor em 1954, com *O Canto da Cotovia*. A profícua nova carreira incluiria textos políticos – como a primeira montagem de *Gota d'Água*, com Bibi Ferreira – e clássicos; novos e velhos autores; montagens reflexivas e o mais puro entretenimento. Autor de cinco livros, trabalhou praticamente até morrer, em 2005, aos 89 anos.

Cenógrafo de prestígio na Itália, Ratto, ao vir para o Brasil, tornou-se também diretor

Parte de seu percurso já havia sido documentada no filme *A Mochila do Mascate* (2007), dirigido por Gabriela Greeb. Mas foi apenas depois de sua morte que os materiais que guardava sistematicamente em sacos plásticos começaram a ser organizados.

Os desenhos, esboços, manuscritos, croquis, projetos e cartas trocadas com interlocutores artísticos recolhidos pela filha e por sua última companheira, Vaner Ratto, resultaram, em um primeiro momento, na exposição *Gianni Ratto – Artesão do Teatro*, realizada na antiga galeria da Caixa Econômica Federal, na Avenida Paulista.

Desse projeto surgiu outro mais ambicioso: a criação do Instituto Gianni Ratto e a catalogação de todo o acervo agora reproduzido em livro. "A seleção das montagens aqui apresentadas busca organizar um panorama de sua obra, com destaque para a iconografia de projetos de cenário e alguns figurinos", escreve Ana.

A escolha, explica ela, levou em conta a relevância dos espetáculos, mas não apenas isso. Foram também selecionados trabalhos que, ainda que menos importantes historicamente, ilustram "seus métodos de concepção de desenvolvimento de projetos".

Ratto elaborou de forma minuciosa salas palacianas, quartos minúsculos e sombrios, praças, becos, jardins etc. Para dar forma aos espaços cênicos, consultava livros, refazia contextos históricos e, no momento em que colocava o lápis ou a tinta sobre o papel, se deixava levar pela inspiração plástica e arquitetônica.

No livro, as fases italiana e brasileira aparecem divididas. Lá, ele foi o grande cenógrafo a trabalhar com um teatro bem estabelecido, como o Piccolo de Milão. Aqui, tornou-se o diretor que colaborou para a construção das bases do moderno teatro brasileiro. •

EVERTON BALLARDIN

Gato e ratos, desta vez como trupe

CINEMA A ANIMAÇÃO BRITÂNICA *O GRANDE MAURICINHO*, BASEADA NO SURPREENDENTE LIVRO DE TERRY PRATCHETT, ENCANTA COM SEU ESPÍRITO CONCILIATÓRIO E SEUS ROEDORES CHARMOSOS

Gatos e ratos são personagens recorrentes nas obras literárias e cinematográficas voltadas ao público infantil. As relações quase sempre conturbadas entre os dois animais constituem, afinal de contas, uma fonte criativa inesgotável. *O Grande Mauricinho*, em cartaz nos cinemas brasileiros desde a quinta-feira 2, bebe dessa fonte e consegue dela extrair graça e surpresa.

Gato e ratos, no caso desta animação britânica baseada no surpreendente livro *O Fabuloso Maurício e Seus Roedores Letrados*, de Terry Pratchett (lançado no Brasil em 2004, pela Conrad), formam um pequeno bando.

Maurício, o gato, acompanhado de um menino órfão, tocador de flauta, apresenta-se, logo na primeira sequência, como o salvador de comunidades supostamente invadidas por ratos. Logo descobrimos, porém, que os ratinhos são roedores dotados de inteligência e afeto, que encenam os ataques apenas para ganhar uns tostões – todos administrados por Maurício.

Mas os planos do grupo vão por água abaixo ao chegarem a uma cidade já ocupada por ratos bem diferentes deles. A partir desse momento, os personagens se veem deslocados do lugar de trapaceiros para o de involuntários investigadores de um mistério.

Dirigido por Toby Genkel e roteirizado por Terry Rossio, nome por trás de animações como *Aladdin* e *Shrek*, o filme tem o *timing* certo para as viradas e sabe brincar com seus próprios excessos fantasiosos. Cabe aos dois humanos protagonistas – o menino flautista e a filha do prefeito – a problematização da batida fórmula dos bichos que falam e pensam como nós.

A alinhavar real e fantasia aparecem os livros, onde estão abrigadas histórias idealizadas, mas onde também é possível vislumbrar novas formas de se estar no mundo. Ao contrário do que acontece com as animações da Pixar, sempre pensadas para o consumo amplo – que inclui, inevitavelmente, os adultos –, *O Grande Mauricinho* parece ter sido pensado, em primeiro lugar, para as crianças.

Isso não quer dizer que não haja tiradas endereçadas aos adultos. Mas o espírito de supressão do real, as lições de conciliação entre os diferentes e a estética de encanto – presente tanto nos cenários quanto nos irresistíveis ratinhos sonhadores – evocam, sobretudo, o pacto infantil com a fantasia.

Na versão dublada, a voz do tagarela e metido gato Maurício cabe a Marcelo Adnet e a de Marina, a filha do prefeito, a Sophia Valverde. •

– Por Ana Paula Sousa

O filme brinca com seus próprios excessos fantasiosos

IMAGEM FILMES

O autor, morto em 2017, deixou uma obra incisiva

O pesadelo do sonho americano

LIVROS *Filho de Jesus*, publicado em 1992 e agora editado no Brasil, possibilita a redescoberta de obra de Denis Johnson

POR ALYSSON OLIVEIRA

O lançamento de *Filho de Jesus*, de Denis Johnson (1949-2017), no Brasil é um fato a se comemorar. Embora não tenha recebido todo o reconhecimento que merecia, Johnson foi responsável por uma das produções mais interessantes dos Estados Unidos nas décadas de 1980 e 1990.

O livro agora publicado pela Todavia foi originalmente lançado nos EUA em 1992, e, segundo o próprio autor, tem influência da coletânea de contos *O Exército da Cavalaria*, do russo Isaac Bábel. Apesar de retratar o típico universo *junkie* de então, mostra-se bastante atual.

Embora seja habitualmente definido como uma coletânea de contos, *Filho de Jesus* pode também ser tomado por um romance com capítulos independentes. Mas

tanto faz: o efeito devastador das histórias protagonizadas e narradas por um sujeito chamado Bostalhão vai ser o mesmo.

Escrevendo pouco depois da loucura *yuppie* dos anos de 1980, o autor não olha para o ambiente urbano e decadente que interessou a vários de seus pares – caso de Brett Easton Ellis, em *Psicopata Americano*. Johnson leva sua narrativa para o coração do país, no ambiente rural, longe do glamour de néon de Nova York.

As personagens, a começar pelo protagonista, são pessoas cujas vidas estão estagnadas, perdidas no tempo. O futuro apresenta-se tão sem possibilidades que elas nem cogitam de olhar para ele.

Johnson traz uma visão cruel, mas realista, do famoso sonho americano, baseado na crença de que todos têm chances iguais e podem, portanto, ascender social, cultural e economicamente.

Bostalhão e as pessoas que cruzam seu caminho certamente não viram isso acontecer com elas, mas, talvez por acreditarem – mesmo que inconscientemente – nessa possibilidade, se culpem por seus fracassos.

Em um mundo de horrores – há, por exemplo, a descrição de um homem ferido, com uma faca enterrada no olho –, Johnson encontra espaço para a poesia, sem que isso jamais signifique a romantização da condição degradada das personagens.

Em um dos momentos mais bonitos do livro, ele escreve: "Astros e estrelas do cinema andavam de bicicleta ao lado de um rio, rindo com bocas gigantescas e lindas. Se alguém tinha vindo ver esse filme, todo mundo tinha ido embora quando o tempo virou. Não tinha sobrado carro nenhum, nem mesmo um carro quebrado da semana anterior, nem um que abandonaram aqui por falta de combustível. Em alguns minutos, no meio de uma quadrilha rodopiante, a tela ficou preta, o verão cinematográfico acabou, a neve escureceu, a única coisa que sobrou foi a minha respiração".

Esse trecho é bastante representativo das ideias abrigadas dentro do livro. Se, na tela gigante de um *drive-in* abandonado, os astros e as estrelas ainda podem andar de bicicleta livremente, em um mundo idílico, para os demais, a tela está escura. Para Bostalhão, nem o sonho cinematográfico é mais possível. A ele o que resta é apenas sobreviver.

Essa dicotomia entre a crueza e a beleza, sempre marcada por um quê de melancolia, é uma característica importante de toda a obra do escritor. Em *Árvore de Fumaça* (Companhia das Letras, 2008) ele mostra os horrores da guerra, por meio de um agente treinado para fazer terrorismo psicológico contra os vietcongues. Já em *Sonhos de Trem* (Companhia das Letras, 2012) acompanha a trajetória de um operário de uma companhia ferroviária desde a orfandade, na infância, até sua morte.

A chegada de *Filho de Jesus* reabre o caminho para a redescoberta de uma obra ímpar e discreta. •

FILHO DE JESUS

Denis Johnson. Tradução: Ana Guadalupe. Todavia (112 págs., 59,90 reais)

CINDY LEE JOHNSON

VITRINE

POR ANA PAULA SOUSA

Apesar de até aqui inédito no Brasil, Hernan Diaz é um autor elogiado e premiado. **Confiança** (Intrínseca, 416 págs., 89,90 reais) ficou entre os finalistas do Booker e será transformado em série pela HBO. A intrigante trama coloca em xeque a ideia de sucesso no capitalismo.

Autora-farol de muitas mulheres negras, Maryse Condé, nascida em Guadalupe, tem uma nova obra publicada. **O Evangelho do Novo Mundo** (Rosa dos Tempos, 294 págs., 64,90 reais) se apresenta como uma "parábola contemporânea" que sonha um outro mundo.

Estreia de Clarice Lispector, **Perto do Coração Selvagem** ganha uma linda edição, com manuscritos e ensaios inéditos (Rocco, 304 págs., 149,90 reais). Os textos refletem sobre a obra e olham para Joana, célebre protagonista da literatura brasileira, a partir do presente.

A criptonita das superbactérias?

The Observer Um novo antibiótico, a albicidina, ataca os germes de forma completamente diferente

POR ROBIN MCKIE

Cientistas descobriram uma toxina vegetal cujo método exclusivo de atacar bactérias poderá ser usado para criar nova gama poderosa de antibióticos. A perspectiva de desenvolver novos medicamentos antibacterianos dessa maneira foi saudada pelos médicos, que alertam há muitos anos que o aumento constante de patógenos multirresistentes, como a *Escherichia coli,* hoje representa uma ameaça perigosa para a saúde em todo o planeta.

O novo antibiótico, a albicidina, ataca as bactérias de forma completamente diferente dos medicamentos existentes, segundo revelou um grupo de cientistas britânicos, alemães e poloneses num artigo publicado recentemente na revista *Nature Catalysis*. Isso sugere que uma nova rota pode ser explorada para combater doenças bacterianas, dizem eles. "Não conseguimos obter nenhuma resistência à albicidina no laboratório", disse Dmitry Ghilarov, cujo grupo de pesquisa está baseado no John Innes Center, em Norwich, Reino Unido. "É por isso que estamos realmente entusiasmados, acreditamos que será muito difícil para as bactérias desenvolverem resistência contra antibióticos derivados da albicidina."

A albicidina é produzida por um patógeno bacteriano chamado *Xanthomonas albilineans,* que desencadeia uma doença devastadora na cana-de-açúcar, conhecida como escaldadura da folha. O patógeno usa a albicidina para atacar a planta, mas também foi descoberto, várias décadas atrás, que era altamente eficaz para matar bactérias. "O problema era que, na época, não sabíamos exatamente como a albicidina atacava as bactérias, por isso não podíamos usá-la como base para novos antibióticos, porque eles poderiam desencadear todo tipo de complicação no corpo humano", disse Ghilarov. "Tivemos que determinar exatamente como ela matava as bactérias antes que pudéssemos fazer isso. E foi o que conseguimos agora."

Em parceria com cientistas da Universidade Técnica de Berlim, na Alemanha, e da Universidade Jaguelônica, em Cracóvia, na Polônia, Ghilarov e sua equipe usaram uma série de técnicas avançadas para revelar como a albicidina mata. "Agora que temos um entendimento estrutural, podemos criar modificações da albicidina para melhorar sua eficácia e suas propriedades farmacológicas", descreve o pesquisador. "Acreditamos que este é um dos novos candidatos a antibióticos mais animadores em muitos anos. Possui eficácia extremamente elevada em pequenas concentrações e é altamente poderoso con-

tra bactérias patogênicas, mesmo aquelas que resistem aos antibióticos amplamente utilizados, como os fluoroquinolonas."

A Organização Mundial da Saúde alertou que a resistência a antibióticos se tornou uma das maiores ameaças à saúde, segurança alimentar e desenvolvimento globais. O uso excessivo e indiscriminado de antibióticos fez com que as bactérias desenvolvessem resistência a eles, resultando na evolução de algumas cepas de micróbios que se tornaram muito mais difíceis de eliminar. Isso, por sua vez, levou a custos médicos mais altos, internações hospitalares prolongadas e aumento da mortalidade.

Um estudo recente sugeriu que esse problema mata cerca de 3,5 mil seres humanos todos os dias. Em 2019, mais de 1,2 milhão morreram em consequência direta de infecções bacterianas resistentes a antibióticos. "Um problema é que simplesmente não há pesquisa e desenvolvimento suficientes de novos antibióticos pelas empresas farmacêuticas", aponta o professor Tony Maxwell, que também trabalha no John Innes Centre. "Novos compostos costumavam chegar ao mercado o tempo todo, mas não é mais o caso. Cada vez menos grandes empresas farmacêuticas trabalham em antibióticos e, portanto, cada vez menos são aprovados pelas autoridades farmacêuticas ocidentais. O problema é que não se ganha mais dinheiro com antibióticos."

A crescente resistência dos micróbios aos medicamentos atuais é grave problema de saúde pública

Maxwell prossegue: "Por outro lado, não há nada melhor para tratar uma doença bacteriana do que um antibiótico, então este trabalho, que abre toda uma nova gama de medicamentos com base em nossa recente compreensão do funcionamento da albicidina, deve ser uma boa notícia. Poderá levar anos para criarmos versões clinicamente eficazes, mas isto sugere que um dia poderemos ter uma nova arma em nosso arsenal".

Este ponto foi salientado por Ghilarov: "Para fazer as coisas andarem, o governo precisa intervir, como fez no desenvolvimento de vacinas. É preciso fornecer incentivos ou criar um instituto dedicado ao desenvolvimento de antibióticos". •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

AFONSINHO

Prevaleceu a lógica

▶ No sensacional jogo da SuperCopa, o Palmeiras manteve sua organização e saiu vitorioso da partida entre os dois melhores times do momento

A temporada desportiva brasileira começa quente, com decisões e jogos importantes na Copinha, na Supercopa e nos campeonatos estaduais – estes, indicativos das possibilidades que vêm pela frente.

Todo mundo conhece o dito popular "futebol não tem lógica", mas, na Supercopa, o jogo sensacional entre Flamengo e Palmeiras, em Brasília, com um resultado surpreendente para uma finalíssima – 4x3 para o Palmeiras – deu a lógica.

O Flamengo manteve o equilíbrio da partida no primeiro tempo, embora tivesse saído em desvantagem. Logo no início do segundo tempo, conseguiu o que de melhor poderia acontecer para o time: o gol de empate. Ao final, entretanto, prevaleceu a lógica.

O rubro-negro carioca aguentou enquanto pôde dentro das circunstâncias de sua reestruturação em campo, até se desequilibrar e ceder espaço ao adversário.

O Palmeiras manteve sua organização até o fim e saiu vitorioso do jogo entre os dois melhores times do futebol brasileiro atual. Foi um "jogão" precedido de emocionante homenagem a Pelé.

A mesma sabedoria popular diz também que não se deve esperar justiça em resultados de jogos de futebol. E, de fato, foi isso que aconteceu à garotada do América mineiro na decisão da Copinha contra o Palmeiras.

Os dois times mostraram-se muito bons e muito bem orientados. Obviamente, um dos times sairia vencedor, ainda que nos pênaltis, mas a derrota no tempo normal foi uma "injustiça" com o time mineiro – que saiu, mesmo assim, de cabeça erguida.

O jogo decisivo da Copinha me trouxe, de toda forma, esperança de novos ares em nosso futebol.

Para mim, foi uma boa surpresa o comportamento seguro dos jovens de ambos os times, tomando a iniciativa de fazer as jogadas.

Esse comportamento vai na contramão do que se tornou tão comum em todos os clubes: a repetição mecânica da troca de passes, esquecendo que o drible é a alma do futebol.

No que toca aos desprestigiados, mas ainda valorizados, campeonatos estaduais, o jogo entre Fluminense e Botafogo pelo carioca foi uma ducha d'água fria no entusiasmo provocado pela decisão realizada em Brasília e pela Copa São Paulo, no estádio da simpática Portuguesa de Desportos, no Canindé.

No caminho inverso da Copinha e da Supercopa, esse "clássico vovô" do campeonato carioca foi um exemplo bem acabado do alardeado futebol moderno.

A partida mais se parecia com um jogo eletrônico, com jogadores adestrados, quase sem iniciativa própria. Para nossa sorte, nos restou, apesar de tudo, a imagem do drible – que caracteriza a liberdade de criar.

Ela nos foi garantida, em um momento, pelo belo lançamento de Tchê Tchê para Victor Sá, dois dos poucos jogadores leves do Botafogo. O lance foi determinante para a vitória do Botafogo por 1x0.

E outra sorte grande de quem foi ao Maracanã foi mais uma exibição de gala do Ganso, pelo Fluminense, jogando com a batuta na mão e fazendo o gramado parecer uma mesa de sinuca ou mesmo uma mesa envernizada.

Ganso devolve ao torcedor o prazer genuíno do futebol que encanta pela lucidez e o brilho de um verdadeiro artista da bola.

No Morumbi, em São Paulo, o corintiano Róger Guedes fez o mesmo num passe perfeito, que foi passando a milímetros dos defensores do São Paulo para encontrar o goleador na "cara do gol".

Fora de campo, segue a confusão dos calotes, a discussão das SAF (Sociedade Anônima do Futebol) e o avanço dos norte-americanos no domínio futebol-negócio. Desta vez, o que está em curso é uma proposta para a compra da organização de campeonatos.

O esporte brasileiro, como tudo, também necessita de uma reconstrução.

E por falar em reconstrução, aproveito para esclarecer minhas queixas em relação à ausência de jogadores nas homenagens feitas à passagem de Pelé.

Entendo o envolvimento de cada um, mas me chama a atenção o fato de não ter havido, até onde eu saiba, nenhuma homenagem partindo de qualquer entidade representativa dos jogadores.

Isso demonstra o estágio atual da fragilidade dos jogadores como classe de trabalhadores. Seguimos iludidos pelas conquistas individuais, nos esquecendo de deveres e direitos comuns a rigorosamente todos.

Acredito que a ausência de liderança entre os jogadores na atualidade é passageira. É questão de tempo até que a necessidade desperte a consciência de algum companheiro.

Os atletas, donos de carreiras de curtíssima duração, precisam ser olhados também em sua dimensão humana. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ARTHUR CHIORO

BAPTISTÃO

Indignar-se é preciso

▶ Não cabe qualquer forma de desresponsabilização do governo Bolsonaro pelo genocídio do povo Yanomâmi

Não podemos perder a capacidade de indignação. É preciso produzir respostas rápidas que reparem este quadro inaceitável. Mas é importante, também, que os responsáveis sejam rigorosamente punidos. Como dizia o Marquês de Maricá, "a impunidade é segura quando a cumplicidade é geral".

Estava terminando a residência em Medicina Preventiva e Social, em 1989, quando fui trabalhar com David Capistrano da Costa Filho, secretário de Saúde de Santos e, posteriormente, prefeito da cidade. Um dos mais qualificados sanitaristas do País, ele foi fundamental na implantação do SUS e da Reforma Psiquiátrica.

Uma das mais marcantes lições dele recebida é a de que um servidor ou qualquer pessoa que ocupe uma função pública jamais pode perder a capacidade de se indignar diante do sofrimento e da injustiça social.

As cenas que invadiram nossas retinas e que tratam do genocídio do povo Yanomâmi me fizeram relembrar Capistrano. Como ficar indiferente diante das imagens de crianças, adultos e idosos esquálidos, desnutridos, escandalosamente vítimas de um governo que pôs em prática uma estratégia que combina abandono, exploração econômica e destruição ambiental, e cuja equação final é a morte e o extermínio de um povo?

Cada uma dessas crianças passou fome por longo tempo, antes de desenvolver um grau elevado de desnutrição. Morrem de forma desnecessária, indigna, vítimas do abandono governamental. A desestruturação dos programas de cuidado às crianças indígenas resultou na elevação alarmante de óbitos. Já se sabia, por exemplo, que crianças indígenas têm 14 vezes maior risco de morrer por diarreia. Insisto: são crianças que passaram fome, tiveram malária e outras doenças, e que sofreram muita dor antes de morrer de forma absurda e inaceitável.

Este quadro deve ir para a conta daqueles que sustentaram o golpe contra Dilma Rousseff. Deve ser atribuído, ainda, aos que em nome da moralidade e do combate à corrupção destruíram a nossa jovem democracia e permitiram a ascensão do presidente genocida e da sua legião de golpistas. Mas há um quinhão de responsabilidade, também, para os que reagem à implementação de um regime necropolítico em nosso país com total indiferença.

No Relatório Final da CPI da Covid já havia elementos suficientes para caracterizar o genocídio impetrado contra os povos originários. Ali, se demonstra como o governo Bolsonaro deixou de implementar ações de proteção das populações indígenas durante a pandemia.

Nas várias denúncias feitas no Brasil e no exterior, já se gritava em alto e bom som que vinha ocorrendo um extermínio, levado a cabo por garimpeiros, madeireiros e traficantes de armas, drogas e animais silvestres, que, muitas vezes, agiam em aliança com personagens que orbitam ou estão diretamente ligados ao mundo da política. Não dá para dizer que ninguém sabia.

O governo Bolsonaro, como indica o Relatório Final do Governo de Transição, suspendeu medidas de cuidado aos povos indígenas, aí incluídas ações de mitigação da insegurança alimentar e nutricional, e desestruturou a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), vinculada ao Ministério da Saúde.

No âmbito dos Distritos Especiais Sanitários Indígenas, mais da metade dos contratos estava próxima a expirar ou já expirada, com graves denúncias de corrupção e deficiências na gestão, resultando em desassistência. Além disso, a Sesai teve seu orçamento para 2023 cortado em 59%. Foram ainda desarticulados os instrumentos de priorização e provisão de médicos para a saúde indígena e desestruturados os sistemas de vigilância alimentar e nutricional indígena e de informação da atenção à saúde indígena.

Poucos sabem que a saúde indígena é responsabilidade exclusiva do governo federal. Para os povos que vivem em aldeias, ações de atenção básica e saneamento são atribuições diretas e exclusivas do Ministério da Saúde, por meio da Sesai.

É a Sesai que planeja, coordena, supervisiona, monitora e avalia a implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. É ela que cria políticas de promoção, proteção e recuperação da saúde e organiza e implementa a atenção primária à saúde dos povos indígenas. Além disso, articula sua integração com o SUS na região e nos municípios que compõem cada Distrito Sanitário Especial Indígena.

Não cabe, portanto, qualquer forma de desresponsabilização de Bolsonaro, seus ministros da saúde, secretários da Sesai e diretores da Funai. Nem de cada um dos responsáveis pelas diferentes áreas do governo que se omitiram ou contribuíram para este genocídio. •

redacao@cartacapital.com.br

PACOTE ANTIDEMOCRÁTICO
Veja
VENES